

SIMULADO *CONCURSO* ***TJSP***



AQUI, QUERER É PODER



LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

01- O candidato recebeu o seguinte material:

- a) Este Caderno de Questões, com o enunciado das 100 (Cem) questões objetivas, sem repetição ou falha.

Língua Portuguesa	24 questões
Atualidades	6 questões
Matemática	6 questões
Raciocínio Lógico	10 questões
Informática	14 questões
Direito Constitucional	7 questões
Direito Administrativo	7 questões
Direito Penal	6 questões
Direito Processual Civil	7 questões
Normas da Corregedoria	7 questões
Direito Processual Penal	6 questões

- b) Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só **uma** responde adequadamente ao quesito proposto.

02- Recomenda-se que o candidato reserve os **30 minutos** finais para marcar seu cartão-resposta.

03- O tempo disponível para este simulado de questões objetivas é **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta.

04- Como o próprio nome sugere, um simulado é um exercício de estudo que recria uma situação de prova que você, candidato, enfrentará no dia da sua prova. Para alcançar seu objetivo, o simulado deve reproduzir toda a atmosfera de uma prova real. Portanto, procure um local silencioso e livre de distrações. Remova todos os materiais de estudo da área e deixe apenas o caderno de prova e uma caneta esferográfica sobre a mesa.

05- Lembre-se de que você está utilizando essa ferramenta para testar seus conhecimentos em cada disciplina. Portanto, responda às questões sem recorrer aos seus materiais de estudo ou outras fontes de consulta. Controle o tempo que levará para fazer cada questão e utilize o simulado como uma ferramenta de autoavaliação.

PORTUGUÊS

1. Considerando as classificações da palavra SE, ocorre o pronome apassivador “se” no seguinte trecho:

(A) “A mãe, então, se afligia: roía o dedo e deixava a unha intacta.”

(B) “Cada vez mais fria, a moça brinca, se aquece na torreira do sol.”

(C) “Clareou a voz, para melhor se autorizar.”

(D) “E o caso se vai seguindo, estória sem história.”

(E) “Não se vislumbravam sinais dessa situação.”

Comentário: O enunciado quer que se identifique a função morfossintática da palavra se, já que, a depender da classificação morfológica, a palavras se pode exercer algumas funções sintáticas. A) há um pronome reflexivo. B) há um pronome reflexivo. C) há um pronome reflexivo. D) há um pronome expletivo. E) há um pronome apassivador (pode-se comprovar isso por meio da seguinte troca: não eram vislumbrados sinais dessa situação). Portanto, a resposta é a letra E.

2. Leia a tirinha a seguir.



(Laerte, 28.03.2022)

A Terra, se acreditar na narrativa do sapo,

(A) os solstícios e os equinócios seriam consequência de uma espécie de disputa entre o pai e a mãe da Terra.

(B) a Lua permaneceria imóvel no céu, quando vista da superfície da Terra.

(C) o dia e a noite seriam consequência de uma espécie de disputa entre o pai e a mãe da Terra.

(D) as quatro estações seriam consequência de uma espécie de disputa entre o pai e a mãe da Terra.

(E) o Sol permaneceria imóvel no céu, quando visto da superfície da Terra.

Comentário: A tirinha é um gênero textual que traz sempre uma mensagem implícita, que pode ser uma reflexão, uma crítica ou apenas um efeito de humor. Na tirinha apresentada, a Terra faz uma pergunta aos pais (dia e noite). Como numa representação da vida cotidiana, em que os filhos ficam entre as indecisões dos pais, o dia e a noite representam o pai e a mãe, respectivamente, que ficam numa espécie de disputa em relação à criação dos filhos. Logo, a resposta é a letra C.

Considere o texto a seguir para as próximas seis questões.

Há alguma razão em fazer o julgamento de um homem pelos aspectos mais comuns de sua vida; mas, tendo em vista a natural instabilidade de nossos costumes e opiniões, muitas vezes me pareceu que mesmo os bons autores estão errados em se obstinarem em formar de nós uma ideia constante e sólida. Escolhem um caráter universal e, seguindo essa imagem, vão arrumando e interpretando todas as ações de um personagem, e, se não conseguem torcê-las o suficiente, atribuem-nas à dissimulação. Creio mais dificilmente na constância dos homens do que em qualquer outra coisa, e em nada mais facilmente do que

na inconstância. Quem os julgasse nos pormenores e separadamente, peça por peça, teria mais ocasiões de dizer a verdade.

Em toda a Antiguidade é difícil escolher uma dúzia de homens que tenham ordenado sua vida num projeto definido e seguro, que é o principal objetivo da sabedoria. Pois para resumir por inteiro numa só palavra e abranger em uma só todas as regras de nossa vida, “a sabedoria”, diz um antigo, “é sempre querer a mesma coisa, é sempre não querer a mesma coisa”, “eu não me dignaria”, diz ele, “a acrescentar ‘contanto que a tua vontade esteja certa’, pois se não está certa, é impossível que sempre seja uma só e a mesma.” Na verdade, aprendi outrora que o vício é apenas o desregramento e a falta de moderação; e, por conseguinte, é impossível o imaginarmos constante. É uma frase de Demóstenes, dizem, que “o começo de toda virtude são a reflexão e a deliberação, e seu fim e sua perfeição, a constância”. Se, guiados pela reflexão, pegássemos certa via, pegaríamos a mais bela, mas ninguém pensa antes de agir: “O que ele pediu, desdenha; exige o que acaba de abandonar; agita-se e sua vida não se dobra a nenhuma ordem.”

(Michel de Montaigne. *Os ensaios: uma seleção*, 2010. Adaptado.)

3. Conforme o que pensa Montaigne, as ações humanas são caracterizadas

- (A) pela volubilidade.
- (B) pela arrogância.
- (C) pelo egoísmo.
- (D) pela dissimulação.
- (E) pela obstinação.

Comentário: No texto, a frase que justifica a resposta desta questão é “Creio mais dificilmente na constância dos homens do que em qualquer outra

coisa, e em nada mais facilmente do que na inconstância.”. Ou seja, a inconstância, que é o mesmo que volubilidade, caracteriza as ações humanas.

4. O texto de Montaigne, do ponto de vista temático, dialoga especialmente com a seguinte citação:

- (A) “Sou um homem; não considero alheio a mim nada do que é humano.” (Terêncio, 185-159 a.C.)
- (B) “Não se deve indagar sobre tudo: é melhor que muitas coisas permaneçam ocultas.” (Sófocles, 486-406 a.C.)
- (C) “Nunca acontece algo que, por natureza, não sejamos capazes de suportar.” (Marco Aurélio, 121-180 d.C.)
- (D) “O hábito é o melhor mestre em todas as coisas.” (Plínio, 23-79 d.C.)
- (E) “**E amanhã não seremos o que fomos, nem o que somos.**” (Ovídio, 43 a.C.-18 d.C.)

Comentário: O texto se baseia na ideia que está no primeiro parágrafo: “Creio mais dificilmente na constância dos homens do que em qualquer outra coisa, e em nada mais facilmente do que na inconstância.”. Por isso, a citação “E amanhã não seremos o que fomos, nem o que somos.” retrata adequadamente a ideia principal do texto, já que essa citação também mostra a inconstância.

5. A partir das ideias apresentadas no primeiro parágrafo, é fato que Montaigne ressalta que mesmo os bons autores tendem a

- (A) adulterar a própria história de vida.
- (B) **manipular a biografia de um homem.**
- (C) enaltecer a própria história de vida.
- (D) depreciar a própria história de vida.
- (E) subestimar a biografia de um homem.

Comentário: No texto, Montaigne destaca que os bons autores acabam

por manipular a história de um homem, conforme se percebe pelo trecho “muitas vezes me pareceu que mesmo os bons autores estão errados em se obstinarem em formar de nós uma ideia constante e sólida. Escolhem um caráter universal e, seguindo essa imagem, vão arrumando e interpretando todas as ações de um personagem, e, se não conseguem torcê-las o suficiente, atribuem-nas à dissimulação.”. Isto é, esses autores formam uma ideia sólida e constante, o que contradiz o fato de que Montaigne pensa: “Creio mais dificilmente na constância dos homens do que em qualquer outra coisa, e em nada mais facilmente do que na inconstância.”.

6. Depreende-se das reflexões de Montaigne, do segundo parágrafo, a íntima relação entre

- (A) sabedoria e contradição.
- (B) sabedoria e intemperança.
- (C) ignorância e temperança.
- (D) ignorância e inconstância.**
- (E) vício e constância.

Comentário: O segundo parágrafo traz reflexões a partir daquilo que está no parágrafo anterior. Conforme Montaigne, “ninguém pensa antes de agir”, ou seja, existe a ignorância (ignorar: desconhecer algo, não saber). E essa afirmação decorre do que Montaigne defende: “Creio mais dificilmente na constância dos homens do que em qualquer outra coisa, e em nada mais facilmente do que na inconstância.”.

7. No trecho “eu não me dignaria [...] a acrescentar ‘contanto que a tua vontade esteja certa’, pois se não está certa, é impossível que sempre seja uma só e a mesma.” (2º parágrafo), a locução sublinhada pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

- (A) visto que.
- (B) assim que.

(C) desde que.

- (D) ainda que.
- (E) de modo que.

Comentário: A questão quer que se faça uma troca entre locuções conjuntivas. Essas expressões são classificadas de acordo com seu valor semântico. No enunciado, “contanto que” é uma locução conjuntiva condicional. Esse mesmo sentido pode ser expresso pela expressão “desde que”. A) visto que: indica causa. B) assim que: indica tempo. D) ainda que: indica concessão. E) de modo que: indica consequência.

8. Nesse trecho “o começo de toda virtude são a reflexão e a deliberação, e seu fim e sua perfeição, a constância” (2º parágrafo), a segunda vírgula é empregada com a finalidade de

- (A) separar o vocativo.
- (B) indicar a supressão de um verbo.**
- (C) separar dois objetos diretos.
- (D) separar o sujeito de seu predicado.
- (E) indicar a supressão do conectivo “e”.

Comentário: A vírgula sempre é empregada por causa de um objetivo. No trecho do enunciado, é possível verificar que a vírgula está no lugar de um termo subentendido, o qual pode ser resgatado pelo contexto. Nesse caso, a vírgula está no lugar do verbo ser. Vejamos: “o começo de toda virtude SÃO a reflexão e a deliberação, e seu fim e sua perfeição É a constância”.

9. Depreende-se do cartum que o motorista



(Pietro Soldi, 11.09.2019)

- (A) acredita que todas as pessoas estarão extintas em menos de dez anos.
- (B) duvida de que todas as pessoas estarão extintas em menos de dez anos.
- (C) acredita que todas as pessoas estarão extintas em dez anos.
- (D) duvida daqueles que dizem que todas as pessoas irão se extinguir.
- (E) acredita que todas as pessoas estarão extintas em mais de dez anos.

Comentário: O cartum é um gênero textual que traz uma reflexão, uma crítica ou um efeito de humor. Nesse caso, o motorista faz uma frase com um tom de crítica. Ao falar “malditos otimistas”, após ouvir que “em dez anos estaremos todos extintos”, o motorista está pensando que não adianta se arrepender, porque as pessoas estarão extintas em menos de dez anos.

10. Leia o fragmento a seguir:

Esta nota de morcegos deve ser um chique romântico do noticiarista. No fundo da alma de todo o repórter há sempre um poeta... Vamos lá! nestes tempos, que correm, já nem há morcegos. Esses feios quirópteros, esses medonhos ratos alados, companheiros clássicos do terror noturno, já não aparecem pelo bairro civilizado de Catumbi. Os animais, que

esvoaçavam espavoridos, eram sem dúvida os frangões roubados aos quintais das casas... Ai dos fantasmas! e mal dos lobisomens! o seu tempo passou.

(Olavo Bilac. *Melhores crônicas*, 2005.)

No trecho “Vamos lá! nestes tempos, que correm, já nem há morcegos”, o termo sublinhado está empregado no mesmo sentido do termo sublinhado em (A) “ela correu um risco desnecessário”. (B) “a notícia corria por toda a cidade”. (C) “a manhã corria especialmente tranquila”.

(D) “segundo corria, ela seria facilmente eleita”.

(E) “um arrepio correu-lhe pela espinha”.

Comentário: O enunciado traz a forma verbal “correr” no sentido de passagem de tempo (nesses tempos, que passam). Nas opções de resposta, temos: A) sentido de estar exposto a perigo ou risco; B) sentido de espalhar-se, propagar-se; C) sentido de passagem de tempo; D) sentido de prosseguir, acontecer; E) sentido de fluir.

11. Analise a função sintática da expressão sublinhada em “No fundo da alma de todo o repórter há sempre um poeta. Exerce a mesma função sintática a expressão sublinhada em

(A) “Esta nota de morcegos deve ser um chique romântico do noticiarista.”

(B) “Os tempos melhoraram, mas guardam ainda um pouco dessa primitiva credulidade.”

(C) “Os animais, que esvoaçavam espavoridos, eram sem dúvida os frangões roubados aos quintais das casas.”

(D) “Desta casa sumiram-se as arandelas, daquela outra as galinhas, daquela outra as joias.”

(E) “Dizem as folhas que a polícia, competentemente munida de bentinchos e de revólveres, de amuletos e de sabres, assaltou anteontem o reduto do fantasma.”

Comentário: No enunciado, a expressão “um poeta” exerce função de objeto direto. A) “Esta nota de morcegos” é o sujeito da locução “deve ser”. B) “um pouco dessa primitiva credulidade” é o objeto direto de “guardam”. C) “os frangões roubados aos quintais das casas” é o predicativo do sujeito. D) “as arandelas” é o sujeito paciente de “sumiram-se, pois já uma voz passiva sintética. E) “as folhas” é o sujeito de “dizem”, que está posposto ao verbo.

12. Considere o fragmento a seguir.

Mas nem sempre foi assim. Há meio século, experimentos realizados na Universidade de Michigan pareciam indicar que as planárias, vermes aquáticos passíveis de condicionamento clássico, eram capazes de adquirir, mesmo sem treinamento, associações estímulo-resposta por ingestão de um extrato de planárias já condicionadas. O resultado, aparentemente revolucionário, sugeria que os substratos materiais da memória são moléculas. Contudo, estudos posteriores demonstraram que a ingestão de planárias não condicionadas também acelerava o aprendizado, revelando um efeito hormonal genérico, independente do conteúdo das memórias presentes nas planárias ingeridas.

(Sidarta Ribeiro. *Limiar: ciência e vida contemporânea*, 2020.)

Em “Contudo, estudos posteriores demonstraram que a ingestão de planárias não condicionadas também acelerava o aprendizado”, o termo

sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

(A) Por conseguinte.

(B) Inclusive.

(C) Todavia.

(D) Além disso.

(E) Conquanto.

Comentário: O enunciado traz em destaque uma conjunção coordenativa adversativa, a qual tem o mesmo sentido de mas, porém, entretanto, no entanto, todavia. Por isso, a substituição correta seria por “todavia”. A) sentido de conclusão. B) sentido de inclusão. D) sentido de adição. E) sentido de concessão.

13. Indique a opção em que a frase pode ser reescrita na voz passiva:

(A) “Há consenso hoje em dia de que o conteúdo dos nossos pensamentos deriva dos padrões de ativação de vastas redes neuronais”.

(B) “Uma linha de pesquisa importante diz respeito ao sono”.

(C) “A ingestão de memórias é impossível porque elas são estados complexos de redes neuronais”.

(D) “Em 2006, pesquisadores alemães publicaram um estudo sobre os efeitos mnemônicos da estimulação cerebral”.

(E) “Alcançar o aprendizado instantâneo é um desejo poderoso”.

Comentário: Para haver a transposição de voz da ativa para a passiva, é necessário que exista um objeto direto, o qual se tornará o sujeito paciente. Nesse caso, a alternativa D é aquela que permite essa troca: o termo “um estudo sobre os efeitos mnemônicos da estimulação cerebral” é o objeto direto de “publicaram (um estudo sobre os efeitos mnemônicos da estimulação cerebral foi publicado). A) “consenso” é um objeto direto, mas não se pode transpor a voz de um verbo impessoal (haver); “deriva” tem objeto indireto. B)

“diz respeito” é uma expressão como “referir-se a algo”. C) os verbos “é” e “são” não possuem complemento, pois são verbos de ligação. E) verbo “é” não tem complemento, pois é um verbo de ligação.

Considere a tira a seguir para as próximas duas questões.



(André Dahmer, Malvados, 2008)

14. Na tira, a morte é caracterizada como

- (A) frívola.
- (B) compassiva.
- (C) solitária.
- (D) incorruptível.**
- (E) materialista.

Comentário: A questão busca caracterizar a morte a partir de sua postura frente às indagações do personagem. Pelo diálogo, entende-se que a morte é incorruptível, ou seja, não importa o que seja oferecido de benefícios ou vantagens, a morte não muda de opinião. A) frívola: de pouca importância. B) compassiva: que sente compaixão. C) solitária: que vive sozinha. E) materialista: que procura satisfação em coisas materiais.

15. Leia os trechos a seguir e indique em qual opção há exemplos de linguagem formal e de linguagem coloquial, respectivamente:

- (A) “Ah, estou morrendo de pena...” e “Ainda vou trabalhar a noite inteira no Iraque, meu rapaz.”
- (B) “Me adianta essa, vai...” e “É cedo para mim.”
- (C) “O importante é trabalhar com o que a gente gosta.” e “Posso lhe dar um emprego bem melhor...”
- (D) “É cedo para mim.” e “Posso lhe dar um emprego bem melhor...”
- (E) “Posso lhe dar um emprego bem melhor...” e “Me adianta essa, vai...”**

Comentário: A linguagem formal é aquela que segue fielmente a norma-padrão da língua portuguesa. A linguagem informal/coloquial é aquela em que há desvios dessa norma, sentido figurado, gírias. O enunciado da questão pede que se encontre linguagem formal e coloquial, respectivamente. A) linguagem coloquial e linguagem formal. B) linguagem coloquial e linguagem formal. C) linguagem coloquial e linguagem formal. D) linguagem formal e linguagem formal. E) linguagem formal e linguagem coloquial.

16. Considere os trechos: “mas, rigorosamente, não há morte, há vida, porque a

supressão de uma é condição da sobrevivência da outra” e “As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos”. Os termos sublinhados estabelecem relação, respectivamente, de

- (A) consequência e conformidade.
- (B) causa e conformidade.
- (C) conformidade e consequência.
- (D) causa e finalidade.**
- (E) consequência e finalidade.

Comentário: A questão trata do emprego de conjunção e preposição. A conjunção “porque” tem sentido de causa e a preposição “para” inicia a finalidade do que foi dito antes. Exemplos de conjunções das demais opções > consequência: tanto que, de modo que; conformidade: conforme, segundo; causa: porque, já que, visto que; finalidade: para que, a fim de que.

17. Analise as assertivas a seguir e assinale aquela em que ocorre o emprego de verbo no modo imperativo:

(A) **“Se eles entram nos trilhos, rodam que é uma beleza. Se não entram, cruzem os braços.”**

(B) “Minhas senhoras, seu Mendonça pintou o diabo enquanto viveu. Mas agora é isto.”

(C) “Para diminuir a mortalidade e aumentar a produção, proibi a aguardente.”

(D) “Aqui existe um salto de cinco anos, e em cinco anos o mundo dá um bando de voltas.”

(E) “Não senhor, não procedi nem percorri. Tive abatimentos, desejo de recuar; contornei dificuldades: muitas curvas.”

Comentário: O enunciado pede que se encontre um verbo no imperativo. Esse modo verbal indica uma ordem, uma instrução, um pedido, uma solicitação. A forma verbal em “cruzem os braços”, é uma ordem, ou seja, está no imperativo. As demais formas verbais estão no modo indicativo.

18. Analise a expressão destacada no trecho: “Mesmo que elas tenham ideias realmente (ou potencialmente) revolucionárias, muitas vezes não as reconhecem como tais, ou não acreditam no seu próprio potencial”. A locução conjuntiva

sublinhada pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

(A) À medida que.

(B) **Ainda que.**

(C) Desde que.

(D) Visto que.

(E) A menos que.

Comentário: A locução conjuntiva “mesmo que” tem sentido de concessão.

A) locução conjuntiva proporcional. C) locução conjuntiva temporal ou condicional. D) locução conjuntiva causal. E) locução conjuntiva condicional.

19. Em relação ao trecho sublinhado em “Tivesse vivido o suficiente para ver os frutos de suas ideias, Copérnico decerto teria odiado a revolução que involuntariamente causou.”, ele tem sentido de

(A) consequência.

(B) **condição.**

(C) conclusão.

(D) concessão.

(E) causa.

Comentário: O enunciado traz uma oração sublinhada, a qual tem uma relação com a oração sequencial. Essa oração em destaque tem sentido de condicional em relação à oração que vem na sequência. É possível perceber que caberia uma conjunção: Se tivesse vivido o suficiente para ver os frutos de suas ideias.

Considere o texto a seguir para as próximas três questões.

A invasão

A divisão ciência/humanismo se reflete na maneira como as pessoas, hoje, encaram o computador. Resiste-se ao computador, e a toda a cultura cibernética, como uma forma de ser fiel ao livro e à palavra impressa. Mas o

computador não eliminará o papel. Ao contrário do que se pensava há alguns anos, o computador não salvará as florestas. Aumentou o uso do papel em todo o mundo, e não apenas porque a cada novidade eletrônica lançada no mercado corresponde um manual de instrução, sem falar numa embalagem de papelão e num embrulho para presente. O computador estimula as pessoas a escreverem e imprimirem o que escrevem. Como hoje qualquer um pode ser seu próprio editor, paginador e ilustrador sem largar o mouse, a tentação de passar sua obra para o papel é quase irresistível.

Desconfio que o que salvará o livro será o supérfluo, o que não tem nada a ver com conteúdo ou conveniência. Até que lancem computadores com cheiro sintetizado, nada substituirá o cheiro de papel e tinta nas suas duas categorias inimitáveis, livro novo e livro velho. E nenhuma coleção de gravações ornamentará uma sala com o calor e a dignidade de uma estante de livros. A tudo que falta ao admirável mundo da informática, da cibernética, do virtual e do instantâneo acrescenta-se isso: falta lombada. No fim, o livro deverá sua sobrevivência à decoração de interiores.

(*O Estado de S.Paulo*, 31.05.2015.)

20. Segundo o cronista, a ideia que se tinha há alguns anos, de redução de consumo de papel em razão do emprego generalizado de computadores, revelou-se

- (A) plausível.
- (B) improcedente.**
- (C) comprovável.
- (D) imponderável.
- (E) procedente.

Comentário: O texto mostra que não houve redução de consumo de papel por causa dos computadores. Por isso,

essa ideia é improcedente, não tem fundamento, não tem justificativa coerente. Isso porque “Ao contrário do que se pensava há alguns anos, o computador não salvará as florestas. Aumentou o uso do papel em todo o mundo, e não apenas porque a cada novidade eletrônica lançada no mercado corresponde um manual de instrução, sem falar numa embalagem de papelão e num embrulho para presente.”.

21. Considere os termos “o uso do papel” e “um manual de instrução” (1º parágrafo). Eles exercem, nas respectivas orações, a função de

- (A) objeto direto.
- (B) predicativo do sujeito.
- (C) objeto indireto.
- (D) complemento nominal.
- (E) sujeito.**

Comentário: O enunciado trata da função sintática. Nos trechos selecionados, “o uso do papel” é o sujeito de “aumentou”; “um manual de instrução” é o sujeito de “corresponde”. As duas orações estão na ordem inversa, ou seja, o sujeito está posposto ao verbo.

22. Leia a frase “No fim, o livro deverá sua sobrevivência à decoração de interiores” (2º parágrafo). A partir desse trecho, o cronista sugere que

- (A) o interesse pela leitura, a longo prazo, tenderá a desaparecer.
- (B) o livro se transformará numa antiguidade para colecionar.
- (C) os objetos de decoração serão, aos poucos, substituídos por livros.
- (D) a decoração de interiores garantirá a sobrevivência do livro.**
- (E) a decoração de interiores continuará existindo em função dos livros.

Comentário: O texto diz que o livro impresso não deixará de existir, especialmente porque possui características que um computador não pode ter, como a “lombada”. O autor diz que: “Desconfio que o que salvará o livro será o supérfluo, o que não tem nada a ver com conteúdo ou conveniência. [...] E nenhuma coleção de gravações ornamentará uma sala com o calor e a dignidade de uma estante de livros.”.

Considere o seguinte verbete do *Dicionário de comunicação* de Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Barbosa para as próximas três questões.

Crônica

Texto jornalístico desenvolvido de forma livre e pessoal, a partir de fatos e acontecimentos da atualidade, com teor literário, político, esportivo, artístico, de amenidades etc. Segundo Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari, a crônica é um meio-termo entre o jornalismo e a literatura: “do primeiro, aproveita o interesse pela atualidade informativa, da segunda imita o projeto de ultrapassar os simples fatos”. O ponto comum entre a crônica e a notícia ou a reportagem é que o cronista, assim como o repórter, não prescinde do acontecimento. Mas, ao contrário deste, ele “paira” sobre os fatos, “fazendo com que se destaque no texto o enfoque pessoal (onde entram juízos implícitos e explícitos) do autor”. Por outro lado, o editorial difere da crônica, pelo fato de que, nesta, o juízo de valor se confunde com os próprios fatos expostos, sem o dogmatismo do editorial, no qual a opinião do autor (representando a opinião da empresa jornalística) constitui o eixo do texto.

(*Dicionário de comunicação*, 1978.)

23. De acordo com o verbete, uma característica comum à crônica e à reportagem é

(A) a relação direta com o acontecimento.

(B) a interpretação do acontecimento.

(C) a necessidade de noticiar de acordo com a filosofia do jornal.

(D) o desejo de informar realisticamente sobre o ocorrido.

(E) o objetivo de questionar as causas sociais dos fatos.

Comentário: O texto afirma que o ponto comum entre a crônica e a notícia ou a reportagem é que o cronista, assim como o repórter, não prescinde do acontecimento. Isto é, não dispensa o acontecimento. Por isso, a característica comum é a relação direta com o acontecimento.

24. Conforme o verbete, o editorial representa sempre

(A) o julgamento dos leitores.

(B) a opinião do repórter.

(C) a crítica a um fato político.

(D) a resposta a outros veículos de comunicação.

(E) o ponto de vista da empresa jornalística.

Comentário: O final do texto traz uma explicação acerca do editorial. Segundo O *Dicionário de comunicação*, “o editorial difere da crônica, pelo fato de que, nesta, o juízo de valor se confunde com os próprios fatos expostos, sem o dogmatismo do editorial, no qual a opinião do autor (representando a opinião da empresa jornalística) constitui o eixo do texto”. Quer dizer, o editorial traz o ponto de vista da empresa jornalística.

ATUALIDADES

25. Ministério da Saúde amplia vacinação da dengue para mais 625 cidades

O Ministério da Saúde anunciou nesta quinta-feira (25) que mais 625 municípios receberão a vacina contra a dengue. As 625 cidades estão localizadas em 6 estados: Alagoas, Ceará, Sergipe, Rio Grande do Sul, Piauí e Mato Grosso. Segundo a pasta, distribuição das doses começa a partir da próxima sexta (26). Uma nota técnica com os detalhes da distribuição ainda deve ser publicada nesta quinta.

Por Roberto Peixoto, g1
25/04/2024

Qual a primeira cidade brasileira a receber vacinas contra a dengue?

- (A) Juazeiro do Norte (CE)
- (B) Campina Grande (PB)
- (C) Santos (SP)
- (D) Dourados (MS)**
- (E) Anápolis (GO)

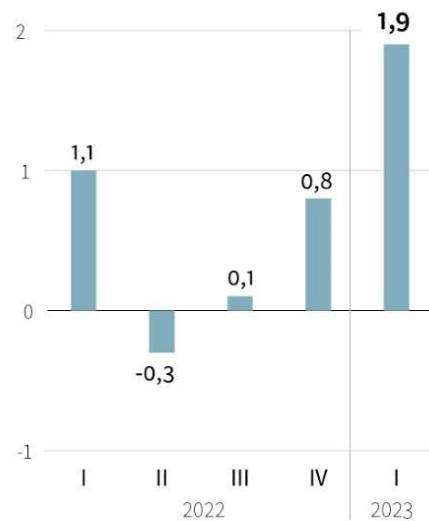
Comentário: A vacinação em massa contra a dengue, via Sistema Único de Saúde (SUS), teve início no dia 3 de janeiro, na cidade de Dourados, considerada a segunda maior do estado de Mato Grosso do Sul. A expectativa é que sejam vacinadas mais de 150 mil pessoas de 4 a 59 anos. A iniciativa aconteceu por meio de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde e o laboratório japonês, Takeda, responsável pela produção da vacina contra a dengue chamada Qdenga.

26. Considere o gráfico abaixo:

PIB do Brasil

Evolução trimestral

Em %, referente ao trimestre anterior



Fonte: IBGE



Sobre as causas do crescimento podemos destacar qual atividade no Brasil?

- (A) a administração pública.
- (B) o setor financeiro.
- (C) os serviços.
- (D) indústria.
- (E) agropecuária.**

Comentário: O resultado foi puxado, principalmente, pelo crescimento de 21,6% da agropecuária, maior alta para o setor desde o quarto trimestre de 1996, destacou o IBGE. O crescimento superou as expectativas do mercado para o trimestre, que era de 1,3%, segundo a média de mais de 70 estimativas de consultorias e instituições financeiras. Para estimular o crescimento, o governo tem pressionado as autoridades do Banco Central (BCB) a reduzir a taxa de juros.

27. Novo primeiro-ministro britânico anuncia fim de plano de expulsar migrantes para Ruanda

Líder trabalhista propõe combater as máfias que sustentam essas chegadas

e criar um novo comando de segurança de fronteira de elite.

Como prometido durante a campanha, o novo primeiro-ministro britânico, anunciou neste sábado sua intenção de abandonar de vez o plano do governo anterior, conservador, de enviar migrantes que chegam ao país em situação irregular para Ruanda.

Quem foi eleito como novo primeiro-ministro britânico?

- (A) Rishi Shunak.
- (B) Liz Truss.
- (C) Boris Johnson.
- (D) Gordon Brown.
- (E) Keir Starmer.**

Comentário: O Partido Trabalhista, que venceu as eleições do Reino Unido com 33,9% dos votos, apontou Keir Starmer como novo primeiro-ministro do país. Ele substituirá o conservador Rishi Shunak, no cargo desde 2022. O novo premiê representa como deputado os bairros londrinos de Saint Pancras e Holborn, na Câmara dos Comuns. Advogado de carreira foi nomeado em 2008 como Director of Public Prosecutions e integra o Ministério Público Britânico.

28. O hidrogênio verde no Brasil e o impacto de trilhões de Reais em investimentos

Potencial verde e oportunidades reais da indústria da transição energética podem tornar o Brasil referência global em descarbonização

<https://epbr.com.br/o-hidrogenio-verde-no-brasil-e-o-impacto-de-trilhoes-de-reais-em-investimentos/>

A notícia indica que uma forma de promover a segurança energética é através da

- (A) diversificação da matriz elétrica.**
- (B) limitação do consumo residencial.
- (C) expansão das termoeletricas fósseis.
- (D) ampliação das importações petrolíferas.
- (E) supressão do aproveitamento hidráulico.

Comentário: O texto aponta que a geração de energia no Brasil poderá ser mais influenciada por um novo modelo de geração, o hidrogênio verde, uma aposta na descarbonização mundial. Assim, para garantir a segurança energética, é importante diversificar as fontes que compõem a matriz elétrica, aproveitando outras formas de geração energética. A alternativa B está incorreta, pois o texto não propõe a limitação do consumo residencial, mas sim o aproveitamento de outras fontes renováveis e competitivas. A alternativa C está incorreta, pois o texto aponta para a expansão do uso de fontes renováveis de energia e as termoeletricas fósseis consomem recursos naturais não renováveis, como o carvão mineral. A alternativa D está incorreta, pois o petróleo também é um recurso natural não renovável. Além disso, o texto não recomenda ampliar as importações energéticas, mas sim aproveitar as condições naturais vantajosas do Brasil para produzir energia. A alternativa E está incorreta, pois o texto não indica a suspensão da geração de energia através das usinas hidrelétricas.

29. Parques eólicos fazem crescer PIB e empregos em cidades potiguares, aponta análise do Senai e Mais-RN

Municípios com parques eólicos instalados no Rio Grande do Norte deram um salto em geração de riquezas, empregos e criação de

negócios ao longo dos últimos anos. Porém, o avanço de indicadores sociais, como saúde e educação, ocorreu de forma diferentes entre as cidades.

As conclusões fazem parte da análise “Impactos Socioeconômicos da produção de energia eólica nos municípios do Rio Grande do Norte”, apresentada na última terça-feira (8), durante o Fórum de Energias Renováveis, promovido pela Comissão Temática de Energias Renováveis (Coere), da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Fiern).

O trabalho foi desenvolvido pelo Mais RN – Núcleo de Gestão Estratégica da Fiern – a pedido do Senai - e analisou 10 municípios, que concentram 76% da geração eólica no estado e 84% dos parques.

<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2022/11/09/parques-eolicos-fazem-crescer-pib-e-empregos-em-cidades-potiguares-aponta-analise-do-senai-e-mais-rn.ghtml>

O texto enfatiza que a expansão da geração de energia de origem eólica contribui para

- (A) esgotar os recursos naturais.
- (B) preservar as paisagens naturais.
- (C) impulsionar o dinamismo econômico.**
- (D) fortalecer as desigualdades regionais.
- (E) retardar o desenvolvimento infraestrutural.

Comentário: O texto evidencia que a expansão da geração da energia eólica contribui para incrementar o dinamismo da economia das regiões que abrigam os parques eólicos ao atrair investimentos, diversificar as atividades econômicas, gerar emprego e renda e ampliar o Produto Interno Bruto (PIB). A

alternativa A está incorreta, pois a energia eólica deriva de um recurso natural renovável (a força dos ventos). A alternativa B está incorreta, pois a implantação dos parques eólicos altera as paisagens naturais através da instalação dos aerogeradores e da expansão de equipamentos de infraestrutura, como estradas. A alternativa D está incorreta, pois, ao dinamizar as economias locais, a expansão da geração de energia eólica acaba contribuindo para diminuir desigualdades regionais. A alternativa E está incorreta, pois a instalação de parques eólicos já representa a expansão da infraestrutura energética. Além disso, essa instalação demanda a implementação de outras obras infraestruturais, como estradas.

30. Na França, esquerda vence eleições e freia ascensão da direita radical com ajuda do centro

Bloco esquerdista surpreende e elege maior bancada, mas precisará fazer alianças para governar; coalizão de Macron fica em 2º lugar, e partido radical de direita de Marine Le Pen, em 3º.

Qual o partido da política de extrema-direita francesa Marine Le Pen?

- (A) NFP (Nova Frente Popular)
- (B) RN (Reagrupamento Nacional)**
- (C) RE (Renascimento)
- (D) DFL (Levantar a França)
- (E) LP (Os Patriotas)

Comentário: Rassemblement National (Reagrupamento Nacional) foi até o ano de 2018 chamado de Front National (Frente Nacional), é um partido político francês de extrema-direita e de caráter protecionista, conservador e nacionalista. Fundado em 1972 com o intuito de unificar as várias correntes nacionalistas da época. Jean-Marie Le Pen foi o primeiro líder do partido e sua figura central até sua renúncia em 2011. A atual líder da FN é Marine Le Pen. Apesar de ter passado por momentos

difíceis enquanto força marginal da política francesa em seus dez primeiros anos, em 1984 a FN se consolidou como a principal força do nacionalismo de direita na França.

MATEMÁTICA

31. Apliquei R\$ 18.000,00, no juro simples, durante seis meses a uma taxa de 1,5%. Após esse período, apliquei o montante arrecadado na primeira aplicação por mais 4 meses a uma taxa de 2%, também no juro simples. Qual o valor médio mensal, aproximado, obtido no total dessa aplicação?

- A) R\$ 320,00
- B) R\$ 270,00
- C) R\$ 180,00
- D) R\$ 200,00
- E) R\$ 210,00

Comentário: 6 meses a 1,5% corresponde a 9% ao todo, e 9% de 18000 é:

$$9/100 \times 18000 = 162000/100 = 1620$$
$$18000 + 1620 = 19620,00$$

4 meses a 2% corresponde a 8% ao todo, e 8% de 19620 é:

$$8/100 \times 19620 = 156960/100 = 1569,60$$
$$19620 + 1569,60 = 21189,60$$
$$21189,60 - 18000 = 3189,60$$

6 meses + 4 meses = 10 meses

$3189,60/10 = 318,96$ ao mês, de valor médio mensal obtido com essa aplicação.

R\$ 318,96 é aproximadamente R\$ 320,00.

32. João Guilherme quer dividir uma quantidade de camisetas de times com seus colegas de classe. Se der 2 camisetas a cada colega, ficará ainda com 6 camisetas. Se distribuir 3 camisetas para cada colega precisará de mais 1 camiseta. Quantas são as camisetas de João?

- A) 23

- B) 22
- C) 21
- D) 20
- E) 19

Comentário: estruturando o que foi dito no problema temos:

X = colegas de João Guilherme

Total de camisetas = $2x + 6$

ou

Total de camisetas = $3x - 1$

$$2x + 6 = 3x - 1$$

$$2x - 3x = -1 - 6$$

$$-x = -7 \quad (-1)$$

$$X = 7$$

Logo, o total de camisetas de João são:

$$2x + 6 = 2(7) + 6 = 14 + 6 = 20$$

camisetas.

33. Após conseguir um desconto de 16% no preço de uma mercadoria, Maria pagou R\$2.100,00 por essa mercadoria. O preço sem desconto dessa mercadoria seria:

- A) 2.200,00
- B) 2.400,00
- C) 2.600,00
- D) 2.300,00
- E) 2.500,00

Comentário: 16% de desconto corresponde a um valor pago então de 84%

Se 84% é 2100, então 100% dá:

$$84\% - 2100$$

$$100\% - x$$

(fazendo meios por extremos)

$$84x = 210000$$

$$X = 210000/84$$

$$X = 2500,00.$$

34. A distância entre as cidades A e B é de 82 quilômetros. Didi estava fazendo esse percurso de uma cidade à outra quando após percorrido $1/5$ do trajeto teve um problema no seu veículo e parou. É correto afirmar que Didi já havia percorrido:

- A) 1,64 km

- B) 1.640 m
- C) 164.000 cm
- D) 16.400 m**
- E) 1.640.000 mm

Comentário: $1/5$ de 82 km é:
 $1/5 \cdot 82 = 82/5 = 16,4$ km
 $16,4$ km = 16.400 metros = 1.640.000 cm.

- 35.** Beatriz digitando a 80 toques por minuto e trabalhando 5 horas por dia, realiza um certo trabalho em 10 dias. Luiza, digitando a 70 toques por minuto e trabalhando 8 horas por dia, realizará o mesmo trabalho em, aproximadamente, quantos dias?
- A) 7
 - B) 8**
 - C) 9
 - D) 11
 - E) 12

Comentário: estruturando as informações, temos:

Toques-	horas	-	dias	
80	-	5	-	10
70	-	8	-	x

Fazendo a regra de 3 (comparando as grandezas para saber se são direta ou inversamente proporcionais) e proporção:

Menos toques precisam de mais dias de trabalho

Mais horas precisam de menos dias de trabalho

$$10/x = 70/80 \cdot 8/5$$

(simplificando 80 com 8)

$$10/x = 70/10 \cdot 1/5$$

(simplificando 70 com 10)

$$10/x = 7/5$$

(fazendo meios por extremos)

$$7x = 50$$

$$x = 50/7$$

$$x = 7,14 \text{ dias.}$$

Como Luiza passará de 7 dias, então ela realizará o trabalho em aproximadamente 8 dias.

36. O comprimento de uma circunferência e a área de um círculo de raio r são, respectivamente, iguais a $2\pi r$ e πr^2 . Aumentando-se o raio de uma circunferência em 6 cm, sua área passará a ser igual a 196π cm². Com isso podemos dizer que o comprimento da nova circunferência – após o aumento do raio – aumentará em, aproximadamente,

- A) 33%.
- B) 50%.
- C) 75%.**
- D) 67%.
- E) 25%.

Comentário: se a área do círculo passou a ser de 196π , então seu raio passou a ser de:

$$A = \pi r^2$$

$$196\pi = \pi r^2$$

$$r^2 = 196$$

$$r = \sqrt{196}$$

$$r = 14 \text{ cm}$$

Esse raio de 14 cm é após o aumento de 6 cm, então o raio original é de 8 cm ($14 - 6 = 8$) e com isso o comprimento da circunferência antes do aumento é:

$$C = 2\pi r$$

$$C = 2\pi 8$$

$$C = 16\pi$$

Já o comprimento após o aumento é:

$$C = 2\pi r$$

$$C = 2\pi 14$$

$$C = 28\pi$$

A diferença entre os dois comprimentos é de (o aumento do comprimento):

$$28\pi - 16\pi = 12\pi$$

Calculando 12π de 16π , temos 75% de aumento ($12/16 = 3/4 = 0,75 = 75\%$).

RACIOCÍNIO LÓGICO

37. Qual das alternativas abaixo não pode ser considerada uma proposição?

(A) Phoenix é o maior buraco negro descoberto pela humanidade.

(B) $12 < 15$.

(C) Em casa de ferreiro, o espeto é de pau.

(D) Roberto errou o pênalti no final da Copa.

(E) Ana, limpe as janelas e lave as roupas.

Comentário: Proposições imperativas nunca serão proposições

38. Considere as proposições abaixo

p: Pedro dança.

q: Roberta vai ao teatro.

r: Zelda não dança.

Admitindo que essas três proposições são verdadeiras, qual das seguintes afirmações é FALSA?

(A) Pedro não dança ou Zelda não dança.

(B) Como Pedro não dança, Roberta vai ao teatro.

(C) Roberta vai ao teatro, mas Zelda não dança.

(D) Se Roberta vai ao teatro, então Pedro dança ou Zelda dança.

(E) Se Zelda não dança, então Pedro dança e Roberta não vai ao teatro.

Comentário:

Analisando as alternativas:

- a) $F \text{ ou } V = V$
- b) Se F então $V = V$
- c) $V \text{ e } V = V$
- d) Se V então $(V \text{ ou } F) = V$
- e) Se V então $(V \text{ e } F) = F$

39. Se Zelda é charmosa, então Joe é carinhoso. Se Ali é arteiro, então Snoopy é um safado. Sabe-se que Zelda é charmosa e Ali não é arteiro. Logo, pode-se afirmar corretamente que **(A) Joe é carinhoso ou Snoopy é um safado.**

(B) Joe não é carinhoso.

(C) Snoopy não é um safado.

(D) Snoopy não é um safado e Joe é carinhoso.

(E) Snoopy é um safado.

Comentário:

Temos as seguintes afirmações:

1. Se Zelda é charmosa, então Joe é carinhoso.
2. Se Ali é arteiro, então Snoopy é um safado.

Sabemos que:

- Zelda é charmosa.
- Ali não é arteiro.

Primeiro, vamos usar a informação de que Zelda é charmosa na primeira implicação:

Como sabemos que Zelda é charmosa, podemos concluir que: Joe é carinhoso

Agora, consideramos a segunda implicação e a informação de que Ali não é arteiro:

Como sabemos que Ali não é arteiro, a implicação não nos dá informação direta sobre se Snoopy é safado ou não.

Então, com as informações fornecidas, sabemos apenas que Joe é carinhoso e não temos informações sobre se Snoopy é safado ou não.

Vamos analisar as alternativas:

a) Joe é carinhoso ou Snoopy é um safado.

- Sabemos que Joe é carinhoso. Portanto, esta alternativa é verdadeira.

b) Joe não é carinhoso.

- Sabemos que Joe é carinhoso, então esta alternativa é falsa.

c) Snoopy não é um safado.

- Não temos informações suficientes para afirmar se Snoopy é safado ou não, então não podemos concluir que esta alternativa seja verdadeira ou falsa.
- d) Snoopy não é um safado e Joe é carinhoso.
- Sabemos que Joe é carinhoso, mas não temos informações suficientes sobre Snoopy. Portanto, esta alternativa é indeterminada, pois parte dela não pode ser confirmada.
- e) Snoopy é um safado.
- Não temos informações suficientes para afirmar se Snoopy é safado ou não, então não podemos concluir que esta alternativa seja verdadeira.

Portanto, a alternativa correta é:

a) Joe é carinhoso ou Snoopy é um safado.

Sabemos que Joe é carinhoso, o que torna esta afirmação verdadeira independentemente do estado de Snoopy.

40. Considere as afirmações:

- I. Se Milena é delegada, então Clayton é treinador.
- II. Se Tango é justiceiro, então Clayton não é treinador.
- III. Se Diana é princesa, então Bela é vampira.
- IV. Se Bela é vampira, então Tango é justiceiro.
- V. Diana é princesa.

A partir dessas afirmações, é correto concluir que

(A) Clayton é treinador ou Bela não é vampira.

- (B) Se Diana é princesa, então Milena é delegada.
(C) Tango não é justiceiro e Milena é delegada.
(D) Milena não é delegada ou Clayton é treinador.
(E) Bela não é vampira e Tango é justiceiro.

Comentário:

Primeiro, sabemos que Diana é princesa, conforme a afirmação 5.

Dado que Diana é princesa, podemos usar a afirmação 3:

Se Diana é princesa, então Bela é vampira. Portanto, podemos concluir que Bela é vampira.

Agora que sabemos que Bela é vampira, podemos usar a afirmação 4:

Se Bela é vampira, então Tango é justiceiro. Portanto, podemos concluir que Tango é justiceiro.

Agora que sabemos que Tango é justiceiro, podemos usar a afirmação 2:

Se Tango é justiceiro, então Clayton não é treinador. Portanto, podemos concluir que Clayton não é treinador.

Vamos analisar as alternativas com base nessas conclusões:

a) Clayton é treinador ou Bela não é vampira.

- Sabemos que Clayton não é treinador e Bela é vampira. Portanto, essa alternativa é falsa, pois nenhuma das duas partes é verdadeira.

b) Se Diana é princesa, então Milena é delegada.

- Não temos informações que liguem Diana sendo princesa a

Milena sendo delegada. Portanto, essa alternativa não pode ser concluída a partir das informações fornecidas.

c) Tango não é justiceiro e Milena é delegada.

- Sabemos que Tango é justiceiro. Portanto, essa alternativa é falsa.

d) Milena não é delegada ou Clayton é treinador.

- Sabemos que Clayton não é treinador. Portanto, para que esta alternativa seja verdadeira, Milena não deve ser delegada. Isso é uma possibilidade, mas não temos certeza baseada nas informações fornecidas.

e) Bela não é vampira e Tango é justiceiro.

- Sabemos que Bela é vampira. Portanto, essa alternativa é falsa.

Portanto, a alternativa correta é:

d) Milena não é delegada ou Clayton é treinador.

41. Identifique a afirmação que corresponda à negação lógica da afirmação a seguir: Se a questão é complexa, então todos os alunos pensam.

(A) A questão é complexa e pelo menos um aluno não pensa.

(B) Se a questão não é complexa, então nenhum aluno pensa.

(C) A questão não é complexa e todos os alunos pensam.

(D) A questão é complexa ou pelo menos um aluno pensa.

(E) Se todos os alunos não pensam, então a questão não é complexa.

Comentário:

Aplicando a regra de negação para o conectivo “se...então...” (mantém o antecedente, troca o conectivo pelo “e” e nega o consequente), temos

A questão é complexa e pelo menos um aluno não pensa.

42. Uma equivalente da afirmação “Se eu me preparei, então tive um bom resultado no concurso” está contida na alternativa:

(A) Me preparei e tive um bom resultado no concurso.

(B) Se eu não tive um bom resultado no concurso, então não me preparei.

(C) Se eu tive um bom resultado no concurso, então me preparei.

(D) Se eu não me preparei, então não tive um bom resultado no concurso.

(E) Não me preparei e não tive um bom resultado no concurso.

Comentário: Aplicando a regra de equivalência (nega nega troca troca), temos

Se eu não tive um bom resultado no concurso, então não me preparei.

43. Considere a afirmação “Roberta não analisa as demandas previdenciárias ou Renata cuida de processos trabalhistas”. Uma afirmação equivalente à afirmação apresentada é:

(A) se Renata não cuida de processos trabalhistas, então Roberta analisa as demandas previdenciárias.

(B) se Roberta não analisa as demandas previdenciárias, então Renata cuida de processos trabalhistas.

(C) se Roberta analisa as demandas previdenciárias, então Renata não cuida de processos trabalhistas.

(D) se Roberta analisa as demandas previdenciárias, então Renata cuida de processos trabalhistas.

(E) se Roberta não analisa as demandas previdenciárias, então Renata não cuida de processos trabalhistas.

Comentário:

Aplicando a regra de equivalência (regra do ou), temos

se Roberta analisa as demandas previdenciárias, então Renata cuida de processos trabalhistas.

44. Considere que seja verdadeiro que:

- as melhores canetas são alemãs;
- a caneta de Paulo nunca falha;
- as canetas que não falham são caras.

É correto deduzir logicamente, a partir dessas afirmações, que

- (A) a caneta de Paulo é cara.**
- (B) as canetas alemãs não falham.
- (C) a caneta de Paulo é alemã.
- (D) as canetas alemãs são mais caras.
- (E) a caneta de Paulo sempre escreve corretamente.

Comentário: Sabemos que a caneta de Paulo nunca falha (afirmação 2).

E que as canetas que não falham são caras (afirmação 3).
Portanto, podemos deduzir logicamente que a caneta de Paulo é cara.

45. André, Breno e Clayton têm alturas diferentes entre si.

*André: tenho 201 cm de altura.
Breno: sou mais alto que André.
Clayton: Breno está mentindo.*

Sabendo que um desses amigos tem 182 cm de altura e sabendo que André falou a verdade e Clayton mentiu, ordenando esses amigos do mais baixo para o mais alto, têm-se, respectivamente:

- a) Breno, Clayton, André.
- b) Clayton, André, Breno.**
- c) André, Breno, Clayton.
- d) Breno, André, Clayton.
- e) Clayton, Breno, André.

Comentário:

Informações:

- André tem 201 cm de altura.
- Breno afirma ser mais alto que André.
- Clayton afirma que Breno está mentindo.
- Um deles tem 182 cm de altura.
- André falou a verdade.
- Clayton mentiu.

Primeiro, sabemos que André falou a verdade, então a altura de André é de 201 cm.

Como Clayton mentiu, a afirmação de Clayton ("Breno está mentindo") é falsa. Isso significa que Breno está dizendo a verdade. Portanto, a afirmação de Breno ("sou mais alto que André") é verdadeira.

Dado que Breno está dizendo a verdade, ele deve ser mais alto que André, ou seja, mais alto que 201 cm.

Agora sabemos:

André tem 201 cm.
Breno tem mais de 201 cm.
Clayton tem a altura restante, que é 182 cm (porque um deles tem 182 cm, e não pode ser nem André nem Breno).
Com essas informações, podemos ordenar as alturas do mais baixo para o mais alto:

Clayton: 182 cm.
André: 201 cm.
Breno: mais de 201 cm.
Portanto, a ordem correta é:

b) Clayton, André, Breno.

46. Em um questionário sobre cuidados com a saúde, as pessoas deveriam assinalar se fumavam regularmente e se ingeriam bebidas alcoólicas regularmente

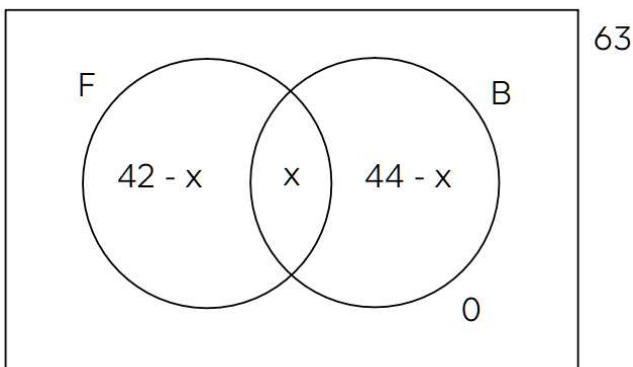
Foram 63 pessoas que responderam o questionário. 42 pessoas afirmaram fumar regularmente; 44 pessoas afirmaram ingerir bebidas alcoólicas regularmente; e todas as pessoas assinalaram pelo menos uma das duas opções.

O número dessas pessoas que apenas fumam regularmente ou apenas ingeriam bebidas alcoólicas regularmente é

- (A) 47
- (B) 40**
- (C) 54
- (D) 51
- (E) 43

Comentário:

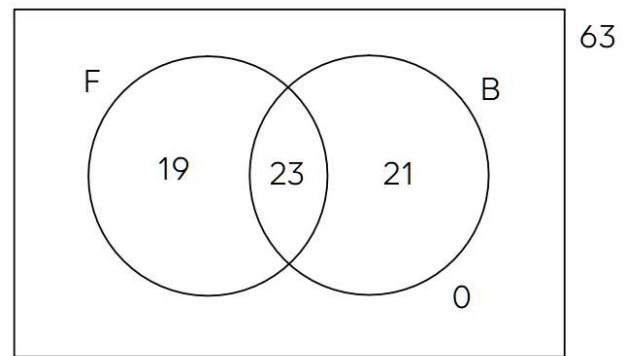
Construindo o diagrama de venn, temos:



Assim,

$$63 = 42 - x + x + 44 - x + 0$$

$$x = 23$$



Logo, $19 + 21 = 40$

INFORMÁTICA

47. Em relação ao sistema operacional Windows 10, assinale a alternativa correta:

(A) O Windows 10 não possui suporte para múltiplas áreas de trabalho, sendo esta uma funcionalidade exclusiva do Windows 8.1.

(B) No Windows 10, o navegador padrão é o Microsoft Edge, substituindo o antigo Internet Explorer.

(C) O Windows 10 foi lançado sem nenhuma integração com assistentes pessoais virtuais, como a Cortana, presente apenas no Windows 8.

(D) A atualização para o Windows 10 é obrigatória para todos os usuários do Windows 7 e Windows 8.1, sem opção de permanência nas versões anteriores.

(E) O Windows 10 não possui um menu Iniciar, sendo este removido permanentemente após o Windows 7.

Comentário: O Windows 10 introduziu o Microsoft Edge como o navegador padrão, substituindo o antigo Internet Explorer, que ainda está presente para compatibilidade, mas não é mais o foco principal. As demais alternativas estão incorretas: o Windows 10 suporta múltiplas áreas de trabalho (A), inclui a assistente pessoal Cortana desde o seu lançamento (C), não torna a atualização obrigatória para todos os usuários (D), e reintroduziu o menu Iniciar, que havia sido removido no Windows 8 (E)

48. Em relação ao sistema operacional Windows 10, lançado pela Microsoft, considere as seguintes afirmações:

I. O Windows 10 oferece um sistema de atualização contínua e cumulativa, conhecido como Windows as a Service (WaaS), que visa manter o sistema sempre atualizado com as mais recentes funcionalidades e correções de segurança. II. Uma das novidades introduzidas no Windows 10 é a assistente virtual Cortana, que permite aos usuários realizar tarefas através de comandos de voz, tais como agendar compromissos e buscar informações na internet. III. O Windows 10 reintroduziu o menu Iniciar, ausente no Windows 8, e o aprimorou com a integração de blocos dinâmicos (live tiles) que exibem informações em tempo real. IV. O navegador Microsoft Edge, substituto do Internet Explorer, é o navegador padrão do Windows 10 e foi desenvolvido para ser mais rápido e seguro. V. O Windows 10 não oferece suporte para a execução de aplicativos em múltiplas áreas de trabalho (desktops virtuais), sendo esta uma funcionalidade reservada apenas para servidores.

Assinale a alternativa correta:

(A) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.

(B) Apenas as afirmativas I, II e V estão corretas.

(C) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.

(D) Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.

(E) Apenas as afirmativas III, IV e V estão corretas.

Comentário: As afirmativas I, III e IV estão corretas: o Windows 10 utiliza o sistema de atualizações contínuas (I), reintroduziu e aprimorou o menu Iniciar com blocos dinâmicos (III), e introduziu o Microsoft Edge como navegador padrão (IV). A afirmativa II também está correta, mas não se encaixa na alternativa correta, pois trata da assistente Cortana, que é uma funcionalidade do Windows 10. Já a afirmativa V está incorreta, pois o Windows 10 sim oferece suporte para múltiplas áreas de trabalho (desktops virtuais).

49. No Microsoft Word 365, uma das ferramentas mais avançadas é a integração com outros serviços e funcionalidades que permitem uma experiência de edição mais rica e eficiente. Considerando as funcionalidades do Microsoft Word 365, assinale a alternativa correta:

(A) O Microsoft Word 365 não permite a inserção de gráficos dinâmicos atualizados em tempo real.

(B) A funcionalidade "Coautoria em tempo real" no Word 365 só está disponível para documentos salvos localmente no dispositivo do usuário.

(C) A função "Editor" do Word 365 oferece apenas sugestões de correção ortográfica e gramatical, sem suporte para sugestões de estilo e clareza.

(D) O Microsoft Word 365 permite a integração com serviços de armazenamento em nuvem, como OneDrive e SharePoint, facilitando o compartilhamento e a edição colaborativa de documentos.

(E) No Word 365, a funcionalidade "Smart Lookup" não utiliza a internet para fornecer informações adicionais sobre palavras ou frases selecionadas.

Comentário: A alternativa D está correta, pois o Microsoft Word 365 permite uma integração eficiente com serviços de armazenamento em nuvem como OneDrive e SharePoint, o que facilita tanto o compartilhamento quanto a edição colaborativa de documentos. As alternativas A, B, C, e E estão incorretas porque: (A) o Word 365 permite a inserção de gráficos dinâmicos; (B) a coautoria em tempo real está disponível para documentos armazenados na nuvem; (C) a função "Editor" oferece sugestões de correção ortográfica, gramatical, de estilo e clareza; e (E) a "Smart Lookup" utiliza a internet para fornecer informações adicionais.

50. No Microsoft Word 365, várias funcionalidades foram aprimoradas para melhorar a experiência do usuário na edição e formatação de documentos. Considerando essas funcionalidades, assinale a alternativa correta:

(A) No Microsoft Word 365, não é possível inserir ícones ou SVGs nos documentos.

(B) A funcionalidade "Dictation" do Microsoft Word 365 só está disponível para o idioma inglês.

(C) O Microsoft Word 365 permite a criação de referências cruzadas (cross-references) automaticamente entre diferentes partes de um documento.

(D) O "Modo de Leitura" no Microsoft Word 365 desativa todas as ferramentas de edição, permitindo apenas a visualização do documento.

(E) No Microsoft Word 365, o painel de navegação é utilizado exclusivamente para pesquisar termos específicos dentro do documento.

Comentário: A alternativa C está correta, pois o Microsoft Word 365 oferece a funcionalidade de criar referências cruzadas automaticamente, o que facilita a navegação entre diferentes partes de um documento. As alternativas A, B, D e E estão incorretas porque: (A) o Word 365 permite a inserção de ícones e SVGs; (B) a funcionalidade "Dictation" suporta vários idiomas além do inglês; (D) o "Modo de Leitura" permite algumas interações como adicionar comentários e realçar texto; e (E) o painel de navegação no Word 365 também permite a navegação por títulos e páginas, além de pesquisar termos específicos.

51. No Microsoft Excel 365, diversas ferramentas e funcionalidades foram aprimoradas para facilitar a manipulação e análise de dados. Com base nessas funcionalidades, assinale a alternativa correta:

(A) No Excel 365, as Tabelas Dinâmicas não permitem a criação de gráficos dinâmicos diretamente a partir dos dados resumidos.

(B) O Excel 365 não oferece suporte para a criação de fórmulas que utilizem referências estruturadas em tabelas.

(C) No Excel 365, a função LET permite a atribuição de nomes a cálculos intermediários dentro de uma fórmula, melhorando a legibilidade e eficiência das fórmulas complexas.

(D) A funcionalidade Power Query no Excel 365 não pode ser utilizada para importar dados de fontes externas, como bancos de dados SQL.

(E) No Excel 365, o "Gráfico de Mapas" está disponível apenas para a versão desktop, sem suporte na versão web do Excel.

Comentário: A alternativa C está correta, pois a função LET no Excel 365 permite a atribuição de nomes a

cálculos intermediários, o que melhora a legibilidade e a eficiência das fórmulas complexas. As alternativas A, B, D e E estão incorretas porque: (A) as Tabelas Dinâmicas permitem a criação de gráficos dinâmicos diretamente; (B) o Excel 365 suporta a criação de fórmulas com referências estruturadas em tabelas; (D) o Power Query no Excel 365 pode ser utilizado para importar dados de várias fontes externas, incluindo bancos de dados SQL; e (E) o "Gráfico de Mapas" está disponível tanto na versão desktop quanto na versão web do Excel 365.

52. No Microsoft Excel 365, a função SE é amplamente utilizada para realizar testes lógicos e retornar valores diferentes dependendo do resultado da condição avaliada. Considerando as funcionalidades dessa função, assinale a alternativa correta:

(A) A função SE não pode ser aninhada dentro de outra função SE, limitando a criação de condições múltiplas.

(B) No Excel 365, a função SE pode ser combinada com outras funções, como SOMA e MÉDIA, para realizar cálculos condicionais.

(C) A função SE no Excel 365 é incapaz de retornar valores textuais, permitindo apenas valores numéricos como resultados.

(D) A função SE não pode ser utilizada em tabelas dinâmicas para criar campos calculados com base em condições lógicas.

(E) No Excel 365, a função SE não permite a utilização de operadores de comparação, como maior que (>) ou menor que (<), em suas condições.

Comentário: A alternativa B está correta, pois no Excel 365, a função SE pode ser combinada com outras funções, como SOMA e MÉDIA, para realizar cálculos condicionais. As alternativas A, C, D e E estão incorretas porque: (A) a função SE pode ser aninhada dentro de outra função SE, permitindo a criação de

condições múltiplas; (C) a função SE é capaz de retornar valores textuais; (D) a função SE pode ser utilizada em tabelas dinâmicas para criar campos calculados; e (E) a função SE permite a utilização de operadores de comparação, como maior que (>) ou menor que (<), em suas condições.

53. No contexto de correio eletrônico, diversas funcionalidades e conceitos são essenciais para entender seu funcionamento e uso adequado. Com base nisso, assinale a alternativa correta:

(A) O protocolo SMTP é utilizado para receber e-mails nos servidores de correio eletrônico.

(B) O protocolo POP3 permite que os e-mails sejam mantidos no servidor após serem baixados para o cliente de e-mail.

(C) O protocolo IMAP permite o acesso aos e-mails diretamente no servidor, mantendo a sincronização entre dispositivos diferentes.

(D) Os clientes de e-mail baseados na web, como Gmail e Outlook, não podem ser acessados através de navegadores web.

(E) O uso de SSL/TLS não é recomendado para a segurança das comunicações de e-mail devido à sua complexidade.

Comentário: A alternativa C está correta, pois o protocolo IMAP (Internet Message Access Protocol) permite o acesso aos e-mails diretamente no servidor e mantém a sincronização entre diferentes dispositivos. As alternativas A, B, D e E estão incorretas porque: (A) o protocolo SMTP (Simple Mail Transfer Protocol) é utilizado para enviar e-mails, não para recebê-los; (B) o protocolo POP3 (Post Office Protocol 3) geralmente baixa os e-mails para o cliente e os remove do servidor, embora possa ser configurado para mantê-los no servidor; (D) clientes de e-mail baseados na web, como Gmail e Outlook, podem ser acessados através

de navegadores web; e (E) o uso de SSL/TLS é altamente recomendado para a segurança das comunicações de e-mail, pois criptografa os dados durante a transmissão.

54. No contexto do correio eletrônico, a função e a configuração dos remetentes são essenciais para garantir a correta identificação e entrega das mensagens. Com base nisso, assinale a alternativa correta sobre o conceito de remetentes em correio eletrônico:

(A) O endereço de e-mail do remetente é irrelevante para a entrega da mensagem, pois apenas o endereço do destinatário é necessário.

(B) O campo "De:" (From:) no cabeçalho de um e-mail pode ser facilmente falsificado, o que pode ser usado para práticas de phishing e spam.

(C) A função de responder a todos os destinatários ("Reply All") oculta o endereço de e-mail do remetente original.

(D) Ao utilizar o recurso "CC" (Cópia Carbono), o endereço de e-mail do remetente é ocultado dos destinatários "CC".

(E) O uso de assinaturas digitais em e-mails compromete a privacidade do remetente.

Comentário: A alternativa B está correta, pois o campo "De:" (From:) no cabeçalho de um e-mail pode ser falsificado, permitindo práticas maliciosas como phishing e spam. As alternativas A, C, D e E estão incorretas porque: (A) o endereço de e-mail do remetente é crucial para a entrega da mensagem e para a resposta correta do destinatário; (C) a função "Reply All" revela o endereço de e-mail do remetente original a todos os destinatários incluídos na resposta; (D) o uso de "CC" não oculta o endereço do remetente dos destinatários; e (E) o uso de assinaturas digitais em e-mails aumenta a segurança e a

autenticidade, não comprometendo a privacidade do remetente.

55. No contexto da navegação na internet, diversos navegadores oferecem funcionalidades e recursos que melhoram a experiência do usuário. Com base nisso, assinale a alternativa correta sobre as ferramentas e práticas comuns de navegação na internet:

(A) O modo de navegação anônima nos navegadores impede que os provedores de internet e sites acessados rastreiem a atividade do usuário.

(B) Os cookies são arquivos temporários que armazenam dados sobre a navegação do usuário, mas não podem ser deletados manualmente pelo usuário.

(C) A sincronização de navegadores permite que os favoritos, histórico e senhas sejam acessados em diferentes dispositivos através de uma conta única.

(D) O uso de extensões no navegador sempre melhora a velocidade de navegação, independentemente de quantas estejam instaladas.

(E) As janelas pop-up são sempre indicativas de conteúdo publicitário, e os navegadores não possuem ferramentas para bloqueá-las.

Comentário: A alternativa C está correta, pois a sincronização de navegadores permite que os dados do usuário, como favoritos, histórico e senhas, sejam acessados em diferentes dispositivos por meio de uma conta única, proporcionando uma experiência de navegação contínua. As alternativas A, B, D e E estão incorretas porque: (A) o modo de navegação anônima não impede que provedores de internet e sites rastreiem a atividade do usuário, apenas oculta o histórico de navegação localmente; (B) os cookies podem ser deletados manualmente pelo usuário através das configurações do navegador; (D) o uso excessivo de

extensões pode, na verdade, diminuir a velocidade de navegação; e (E) nem todas as janelas pop-up são publicitárias, e os navegadores possuem ferramentas para bloquear janelas pop-up indesejadas.

56. Durante a navegação na internet, é comum o uso de navegadores para acessar diferentes sites e serviços online. Entre as funcionalidades mais comuns de um navegador, destaca-se a possibilidade de abrir várias abas em uma única janela, permitindo ao usuário alternar rapidamente entre diferentes páginas. Outra funcionalidade importante é o modo de navegação anônima, que impede o registro do histórico de navegação no dispositivo utilizado.

Com base nas informações acima, assinale a alternativa correta sobre funcionalidades de navegadores:

(A) O modo de navegação anônima impede que o provedor de internet veja os sites acessados pelo usuário.

(B) Navegadores modernos permitem o uso de extensões para adicionar funcionalidades extras.

(C) Ao usar o modo de navegação anônima, todos os cookies são desativados automaticamente.

(D) A navegação por abas consome mais memória do sistema do que a abertura de novas janelas.

(E) A navegação anônima protege o usuário contra ataques de phishing e malware.

Comentário:

a) Incorreta. O modo de navegação anônima não impede que o provedor de internet veja os sites acessados pelo usuário. Esse modo apenas evita o registro do histórico no dispositivo utilizado e não afeta a visibilidade do provedor sobre o tráfego de dados.

b) Correta. Navegadores modernos, como Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge, permitem o uso de extensões, que são pequenos programas adicionados ao navegador para proporcionar funcionalidades extras, como bloqueio de anúncios, gestão de senhas, e integração com outros serviços.

c) Incorreta. No modo de navegação anônima, os cookies ainda podem ser utilizados temporariamente, mas são apagados ao final da sessão de navegação. Não são desativados automaticamente ao iniciar a navegação anônima.

d) Incorreta. A navegação por abas pode ser mais eficiente em termos de uso de memória do sistema do que abrir novas janelas, já que as abas compartilham recursos do navegador principal.

e) Incorreta. A navegação anônima não protege o usuário contra ataques de phishing e malware. Esse modo apenas evita o registro do histórico e outros dados locais no dispositivo. A proteção contra phishing e malware exige outras medidas de segurança, como o uso de antivírus e a conscientização sobre sites maliciosos.

57. O Microsoft Teams é uma plataforma de comunicação e colaboração que integra bate-papo, videoconferências, armazenamento de arquivos e integração com aplicativos. É amplamente utilizado em ambientes corporativos e educacionais para facilitar o trabalho em equipe e a gestão de projetos.

Sobre as funcionalidades do Microsoft Teams, assinale a alternativa correta:

(A) O Microsoft Teams permite a criação de equipes, mas não de canais para discussão específica de tópicos.

(B) As reuniões no Microsoft Teams podem ser agendadas, mas não é

possível criar links permanentes para reuniões recorrentes.

(C) O Microsoft Teams oferece suporte para integração com aplicativos de terceiros, como Trello e GitHub.

(D) No Microsoft Teams, a gravação de reuniões é automaticamente compartilhada com todos os membros da organização.

(E) O Microsoft Teams não permite o compartilhamento de tela durante as chamadas de vídeo.

Comentário:

a) Incorreta. O Microsoft Teams permite a criação de equipes e também de canais, que são usados para discussões específicas sobre tópicos ou projetos dentro da equipe.

b) Incorreta. O Microsoft Teams permite agendar reuniões e criar links permanentes para reuniões recorrentes, facilitando a organização de eventos regulares.

c) Correta. O Microsoft Teams oferece suporte para integração com diversos aplicativos de terceiros, como Trello, GitHub, Asana, entre outros, ampliando suas funcionalidades e permitindo uma melhor gestão de tarefas e projetos.

d) Incorreta. A gravação de reuniões no Microsoft Teams pode ser compartilhada com os participantes da reunião, mas não é automaticamente compartilhada com todos os membros da organização. É necessário um processo de compartilhamento específico para tornar a gravação acessível a outros usuários.

e) Incorreta. O Microsoft Teams permite o compartilhamento de tela durante as chamadas de vídeo, uma funcionalidade essencial para apresentações e colaborações em tempo real.

58. O Microsoft Teams é uma plataforma de comunicação e colaboração da Microsoft que integra bate-papo, videoconferências, armazenamento de arquivos e integração com aplicativos. Ele é amplamente utilizado em ambientes corporativos e educacionais para facilitar a comunicação e a produtividade em equipe.

Sobre as funcionalidades do Microsoft Teams, assinale a alternativa correta:

(A) O Microsoft Teams não permite a criação de reuniões com participantes externos à organização.

(B) No Microsoft Teams, os arquivos compartilhados em um canal são armazenados no OneDrive pessoal de cada usuário.

(C) O Microsoft Teams permite a criação de equipes, mas cada equipe é limitada a apenas cinco canais.

(D) O Microsoft Teams oferece suporte para a integração com o Microsoft Planner, facilitando a gestão de tarefas dentro das equipes.

(E) As conversas de chat no Microsoft Teams são excluídas automaticamente após 30 dias.

Comentário:

a) Incorreta. O Microsoft Teams permite a criação de reuniões com participantes externos à organização, bastando enviar um convite por e-mail para que eles possam participar.

b) Incorreta. Os arquivos compartilhados em um canal do Microsoft Teams são armazenados no SharePoint da equipe e não no OneDrive pessoal de cada usuário. Isso facilita o acesso e a colaboração em documentos por todos os membros da equipe.

c) Incorreta. O Microsoft Teams permite a criação de equipes e cada equipe

pode ter múltiplos canais (não há uma limitação rígida de apenas cinco canais), o que facilita a organização de diferentes tópicos e projetos dentro da mesma equipe.

d) Correta. O Microsoft Teams oferece suporte para a integração com o Microsoft Planner, permitindo que as equipes criem, atribuam e acompanhem tarefas diretamente dentro da plataforma, o que melhora a gestão de projetos e a produtividade.

e) Incorreta. As conversas de chat no Microsoft Teams não são excluídas automaticamente após 30 dias. Elas permanecem disponíveis para consulta, a menos que sejam manualmente excluídas pelo usuário ou conforme políticas de retenção configuradas pela organização.

59. O OneDrive é um serviço de armazenamento em nuvem oferecido pela Microsoft que permite aos usuários armazenar e compartilhar arquivos de forma segura. Ele está integrado com outros serviços da Microsoft, como o Office 365, e oferece várias funcionalidades para facilitar o acesso e a colaboração em documentos.

Sobre as funcionalidades do OneDrive, assinale a alternativa correta:

(A) O OneDrive não permite o compartilhamento de arquivos com pessoas que não possuem uma conta Microsoft.

(B) Todos os arquivos armazenados no OneDrive são automaticamente públicos e acessíveis a qualquer pessoa na internet.

(C) O OneDrive oferece a possibilidade de sincronizar arquivos entre o computador local e a nuvem, permitindo o acesso offline.

(D) O OneDrive não possui integração com o Microsoft Office, dificultando a edição de documentos online.

(E) O OneDrive oferece apenas planos de armazenamento gratuitos, sem opções de planos pagos com maior capacidade.

Comentário:

a) Incorreta. O OneDrive permite o compartilhamento de arquivos com qualquer pessoa, mesmo que ela não possua uma conta Microsoft, através de links de compartilhamento.

b) Incorreta. Os arquivos armazenados no OneDrive são privados por padrão e só são acessíveis a outras pessoas se o usuário optar por compartilhá-los explicitamente.

c) Correta. O OneDrive oferece a possibilidade de sincronizar arquivos entre o computador local e a nuvem, permitindo que os usuários acessem e editem seus arquivos offline. As alterações feitas offline são sincronizadas automaticamente com a nuvem quando o dispositivo se reconecta à internet.

d) Incorreta. O OneDrive possui integração com o Microsoft Office, permitindo a edição de documentos online diretamente na plataforma, através do Office Online.

e) Incorreta. O OneDrive oferece tanto planos de armazenamento gratuitos quanto planos pagos que oferecem maior capacidade de armazenamento e funcionalidades adicionais.

60. O OneDrive é um serviço de armazenamento em nuvem da Microsoft que permite aos usuários armazenar, compartilhar e acessar arquivos de qualquer lugar. Ele oferece diversas funcionalidades que facilitam a colaboração e a segurança dos dados armazenados.

Sobre as funcionalidades do OneDrive, assinale a alternativa correta:

- (A) O OneDrive não permite a recuperação de versões anteriores de arquivos.
- (B) Todos os arquivos compartilhados no OneDrive são automaticamente sincronizados com todos os dispositivos que possuem acesso ao link de compartilhamento.
- (C) O OneDrive não permite a configuração de acesso expirado para links compartilhados.
- (D) O OneDrive permite o armazenamento de arquivos no OneDrive for Business com controle de permissões e políticas de segurança definidas pela organização.**
- (E) O OneDrive não possui integração com o Microsoft Teams para compartilhamento de arquivos em conversas e canais.

Comentário:

- a) Incorreta. O OneDrive permite a recuperação de versões anteriores de arquivos, uma funcionalidade útil para reverter alterações indesejadas ou recuperar dados perdidos.
- b) Incorreta. Os arquivos compartilhados no OneDrive não são automaticamente sincronizados com todos os dispositivos que possuem acesso ao link de compartilhamento. Os usuários com o link podem acessar o arquivo, mas a sincronização automática requer configuração específica.
- c) Incorreta. O OneDrive permite a configuração de acesso expirado para links compartilhados, oferecendo um nível adicional de segurança ao controlar por quanto tempo os arquivos são acessíveis por outras pessoas.
- d) Correta. O OneDrive for Business permite o armazenamento de arquivos

com controle de permissões e políticas de segurança definidas pela organização, garantindo que os dados corporativos sejam protegidos conforme as diretrizes da empresa.

e) Incorreta. O OneDrive possui integração com o Microsoft Teams, permitindo o compartilhamento de arquivos em conversas e canais, facilitando a colaboração e o acesso aos documentos armazenados na nuvem.

DIREITO CONSTITUCIONAL

61. Entre os direitos e deveres individuais e coletivos previstos no art. 5º da Constituição Federal, há uma regulação detalhada sobre determinados elementos relativos ao direito à propriedade. Sobre o tema, assinale a alternativa de acordo com o texto expresso da Constituição:

- (A) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em títulos públicos, ressalvados os casos previstos na Constituição;
- (B) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, mesmo se não houver dano;
- (C) a pequena propriedade rural, assim definida em decreto, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;
- (D) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;**
- (E) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada

exclusivamente pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros.

COMENTÁRIO: a alternativa D está correta, pois reproduz textualmente o disposto no art. 5º, XXVII, da CF. Em relação a alternativa A, o erro está na indenização em títulos públicos, quando o correto seria em dinheiro; a alternativa B está incorreta, pois a indenização só é cabível se houver dano; a alternativa C menciona incorretamente a exigência de decreto para definir a pequena propriedade rural, quando o correto é lei; por fim, a alternativa E está incorreta pelo emprego da expressão exclusivamente.

62. Em relação ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, que ingresse no exercício de mandato eletivo, nos termos da Constituição Federal, assinie a opção incorreta:

(A) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

(B) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

(C) investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

(D) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento;

(E) na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social,

permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.

COMENTÁRIO: a única alternativa incorreta é a alternativa D, pois o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, EXCETO para promoção por merecimento, haja vista que para merecer é necessário que o servidor esteja no cargo.

63. Zuleika, brasileira nata, estava a serviço do governo brasileiro trabalhando no consulado brasileiro em Nova York. Durante sua estada na cidade, acabou se apaixonando por um argentino que estava ilegal no país. Fruto do romance, acabou engravidando, tendo seu filho, Lionel, nascido nos Estados Unidos da América. O pai argentino, antes mesmo de Zuleika deixar o hospital, fez o registro do nascimento no Consulado Argentino, atribuindo ao pequeno Lionel a nacionalidade argentina. Sobre a condição do recém-nascido em relação a nacionalidade brasileira é correto afirmar que Lionel:

(A) não será brasileiro nato, pois o registro anterior feito por seu pai torna-o argentino nato;

(B) poderá ser brasileiro naturalizado, desde que tenha residência no país por um ano ininterrupto e demonstre idoneidade moral;

(C) poderá ser brasileiro naturalizado, se vier a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

(D) será brasileiro nato, pois mesmo nascido no estrangeiro, é filho de mãe brasileira à serviço do país;

(E) será brasileiro nato, desde que seja registrado em repartição brasileira competente.

COMENTÁRIO: a hipótese reproduz o contido no art. 12, I, *b*, da Constituição Federal, que determina serem brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil. O registro feito pelo pai de Lionel é indiferente para fins de atribuição da nacionalidade brasileira.

64. A Constituição Federal estabelece três diferenças entre os brasileiros em razão de sua nacionalidade. Entre elas, pode-se afirmar que são cargos privativos de brasileiros natos:

(A) de Presidente e Vice-Presidente da República; de Presidente da Câmara dos Deputados; de Presidente do Senado Federal; de Presidente do Supremo Tribunal Federal; da carreira diplomática; de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa, somente.

(B) de Presidente e Vice-Presidente da República; de Presidente da Câmara dos Deputados; de Presidente do Senado Federal; de Ministro do Supremo Tribunal Federal; de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, da carreira diplomática; de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa, somente.

(C) de Presidente e Vice-Presidente da República; de Presidente da Câmara dos Deputados; de Presidente do Senado Federal; de Ministro do Supremo Tribunal Federal; da carreira diplomática; de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Justiça, somente.

(D) de Presidente e Vice-Presidente da República; de Presidente da Câmara dos Deputados; de Presidente do Senado Federal; de Ministro do Supremo Tribunal Federal; da carreira diplomática; de general das Forças

Armadas e de Ministro de Estado da Defesa, somente.

(E) de Presidente e Vice-Presidente da República; de Presidente da Câmara dos Deputados; de Presidente do Senado Federal; de Ministro do Supremo Tribunal Federal; da carreira diplomática; de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa, somente.

COMENTÁRIO: a alternativa E é a única que representa corretamente o disposto no art. 12, § 3º, da Constituição Federal que estabelece serem privativos de brasileiro nato os cargos: I - de Presidente e Vice-Presidente da República; II - de Presidente da Câmara dos Deputados; III - de Presidente do Senado Federal; IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal; V - da carreira diplomática; VI - de oficial das Forças Armadas. VII - de Ministro de Estado da Defesa

65. A Constituição Federal estabelece que o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Em relação ao servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado: **(A) por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na**

forma de lei do respectivo ente federativo;

(B) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 62 anos de idade, ou aos 70 anos de idade, na forma de lei complementar;

(C) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 65 anos de idade, ou aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar;

(D) no âmbito da União, aos 65 anos de idade, se mulher, e aos 70 anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

(E) no âmbito da União, aos 60 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

COMENTÁRIO: a única alternativa correta reproduz o disposto no art. 40, § 1º, da Constituição Federal, segundo o qual o servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado: I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejam a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo. As demais alternativas estão incorretas, pois a

aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 anos de idade, ou aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar, sendo que no âmbito da União, aos 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

66. Entre os direitos sociais previstos na Constituição Federal, há destaque para os direitos trabalhistas, sejam aqueles relativos aos trabalhadores urbanos e rurais, seja o direito a livre associação profissional ou sindical. Entre os direitos coletivos representados no texto constitucional, é correto afirmar, de acordo com o texto constitucional que:

(A) ao sindicato cabe somente a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

(B) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

(C) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

(D) ninguém será obrigado a filiar-se a sindicato, mas pode ser obrigado a manter-se filiado;

(E) o aposentado filiado tem direito somente a votar nas organizações sindicais.

COMENTÁRIO: a alternativa está de acordo com o art. 8º, IV, da Constituição Federal. A alternativa A está incorreta, pois ao sindicato cabe a defesa dos direitos coletivos ou individuais da categoria; em relação a alternativa C, o erro consiste em ser facultativa a participação dos sindicatos; o erro da alternativa D está incorreta, pois não há obrigação à filiação ou a manter-se filiado; por fim, o erro da alternativa E consiste no fato de que o aposentado também pode ser votado nas organizações sindicais.

67. Em relação as chamadas garantias judiciais previstas na Constituição Federal, é correto afirmar que:

(A) conceder-se-á mandado de segurança sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

(B) conceder-se-á mandado de injunção para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

(C) conceder-se-á *habeas data* para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

(D) conceder-se-á ação popular para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

(E) qualquer cidadão é parte legítima para propor mandado de segurança que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio

histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

COMENTÁRIO: a alternativa C está de acordo com o inciso LXXII do art. 5º da Constituição Federal. A alternativa A está incorreta, pois a hipótese é de *habeas corpus*; a alternativa B está incorreta, por representar caso de mandado de segurança; a alternativa D, seria correto o emprego de *habeas data*, e a alternativa E está incorreta, por representar hipótese de cabimento de ação popular.

DIREITO ADMINISTRATIVO

68. De acordo com o artigo 1º da lei, as disposições do regime jurídico dos funcionários públicos civis do Estado aplicam-se aos funcionários de quais entidades?

(A) Apenas aos funcionários dos 3 Poderes do Estado.

(B) Apenas aos funcionários dos 3 Poderes do Estado e do Tribunal de Contas do Estado.

(C) Apenas aos funcionários das autarquias e entidades paraestatais.

(D) Aos funcionários dos 3 Poderes do Estado, do Tribunal de Contas do Estado e das autarquias.

(E) Aos funcionários dos 3 Poderes do Estado, do Tribunal de Contas do Estado e serviços públicos de natureza industrial.

Comentário: A resposta correta é a alternativa “B”. O artigo 1º e seu parágrafo único especificam que as disposições da lei aplicam-se aos funcionários dos 3 Poderes do Estado e aos do Tribunal de Contas do Estado, exceto no que colidirem com a legislação especial.

69. De acordo com o artigo 2º, quais empregados estão excluídos das disposições desta lei?

(A) Empregados dos 3 Poderes do Estado.

(B) Empregados do Tribunal de Contas do Estado.

(C) Empregados das autarquias, entidades paraestatais e serviços públicos de natureza industrial, exceto aqueles que por lei anterior já tenham a qualidade de funcionário público.

(D) Empregados dos 3 Poderes do Estado e do Tribunal de Contas do Estado.

(E) Todos os funcionários públicos, independentemente da entidade.

Comentário: A resposta correta é a alternativa “C”. O artigo 2º claramente exclui os empregados das autarquias, entidades paraestatais e serviços públicos de natureza industrial, exceto aqueles que por lei anterior já tenham a qualidade de funcionário público.

70. Segundo o artigo 4º, como é definido o cargo público?

(A) Como a posição hierárquica ocupada por um funcionário.

(B) Como o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário.

(C) Como a referência numérica e grau atribuídos ao funcionário.

(D) Como a denominação de uma classe dentro do quadro de funcionários.

(E) Como o conjunto de direitos e vantagens dos funcionários públicos.

Comentário: A resposta correta é a alternativa “B”. O artigo 4º define cargo público como o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário.

71. De acordo com o artigo 10, é vedado atribuir ao funcionário serviços diversos dos inerentes ao seu cargo, com exceção de quais funções?

(A) Funções de chefia e comissões legais.

(B) Funções de chefia, direção e comissões legais.

(C) Funções de direção e cargos isolados.

(D) Funções de chefia e cargos de carreira.

(E) Funções de comissões legais e cargos de carreira.

Comentário: A resposta correta é a alternativa “B”. O artigo 10 especifica que, com exceção das funções de chefia e direção e das comissões legais, é vedado atribuir ao funcionário serviços diversos dos inerentes ao seu cargo.

72. De acordo com a Lei nº 14.230/2021, qual das alternativas abaixo define corretamente a responsabilidade por atos de improbidade administrativa no que se refere à administração pública direta e indireta?

(A) Os atos de improbidade administrativa são definidos apenas para a administração pública direta, excluindo-se a administração indireta.

(B) A responsabilidade por atos de improbidade administrativa é aplicável exclusivamente às entidades que recebem subvenção do governo federal.

(C) A Lei nº 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa praticados tanto na administração pública direta quanto indireta, abrangendo todas as esferas de governo (União, Estados, Municípios e Distrito Federal).

(D) Os atos de improbidade administrativa são aplicáveis somente aos servidores que ocupam cargos em comissão e funções de confiança.

(E) A responsabilidade por atos de improbidade administrativa está restrita às autarquias e fundações públicas, não se estendendo a outras entidades paraestatais.

Comentário: A resposta correta é a alternativa “C”. A Lei nº 14.230/2021 estabelece que a responsabilidade por atos de improbidade administrativa se aplica tanto à administração pública direta quanto indireta, incluindo União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Essa abrangência garante a integridade do patrimônio público e social em todas as esferas do governo.

73. Conforme a Lei nº 14.230/2021, quais condições são necessárias para que uma conduta seja considerada dolosa e configurada como ato de improbidade administrativa?

(A) A mera voluntariedade do agente é suficiente para configurar a conduta dolosa.

(B) É necessário que haja vontade livre e consciente do agente para alcançar o resultado ilícito.

(C) Basta a intenção de beneficiar-se de qualquer forma para que a conduta seja considerada dolosa.

(D) A conduta deve ser praticada em benefício de terceiro para ser considerada dolosa.

(E) A conduta é considerada dolosa apenas quando houver prejuízo financeiro significativo para o erário.

Comentário: A resposta correta é a alternativa “B”. De acordo com a Lei nº 14.230/2021, especificamente no § 2º do Art. 1º, considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito, não bastando apenas a voluntariedade do agente. Isso significa que a conduta dolosa exige uma intenção clara e consciente de obter um resultado ilegal.

74. Segundo a Lei nº 14.230/2021, qual é a relação entre a divergência interpretativa da lei e a configuração de ato de improbidade administrativa?

(A) Qualquer divergência interpretativa da lei configura automaticamente um ato de improbidade administrativa.

(B) Divergências interpretativas da lei baseadas em jurisprudência, ainda que não pacificadas, não configuram atos de improbidade administrativa.

(C) A divergência interpretativa da lei só não configura improbidade administrativa se for baseada em decisões já consolidadas dos tribunais superiores.

(D) A configuração de ato de improbidade administrativa não depende de como a lei é interpretada, mas sim do impacto financeiro causado.

(E) Apenas divergências interpretativas baseadas em normas infralegais são consideradas para afastar a improbidade administrativa.

Comentário: A resposta correta é a alternativa “B”. Conforme o § 8º do Art. 1º da Lei nº 14.230/2021, não configura improbidade administrativa a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, mesmo que não pacificada. Isso reconhece que interpretações legais divergentes, quando fundamentadas, não devem ser tratadas como atos de improbidade, assegurando a segurança jurídica e a boa-fé dos agentes públicos.

DIREITO PENAL

75. Assinale a alternativa correta sobre o crime de falsidade ideológica previsto no Código Penal.

(A) O crime de falsidade ideológica só se configura se houver falsificação material do documento.

(B) A falsidade ideológica pode ser praticada tanto por agente público quanto por particular.

(C) O crime de falsidade ideológica exige a falsificação de um documento público para sua configuração.

(D) A falsidade ideológica é punida apenas com detenção, sem previsão de multa.

(E) A falsidade ideológica não se aplica a documentos particulares.

Comentário: o crime de falsidade ideológica (Art. 299, CP) pode ser praticado por qualquer pessoa, independentemente de ser agente público ou particular. Este crime envolve a inserção, omissão e, até mesmo, fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria constar em documento público ou particular, com a finalidade específica de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Se o agente é funcionário público e se vale do cargo, a pena será aumentada em 1/6.

76. O crime de corrupção passiva, previsto no Art. 317 do Código Penal, ocorre quando o funcionário público:

(A) Solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

(B) Exige para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela.

(C) Solicita ou recebe, direta ou indiretamente, vantagem indevida para influenciar ato praticado por outro funcionário público.

(D) Não pratica, indevidamente, ato de ofício em razão de vantagem indevida recebida.

(E) Pratica ato de ofício mediante vantagem indevida recebida.

Comentário: o crime de corrupção passiva envolve a solicitação, aceitação ou o recebimento de vantagem indevida pelo funcionário público em razão da função. É importante destacar que a corrupção passiva pode ocorrer mesmo que a vantagem seja solicitada ou recebida antes do funcionário assumir o cargo, desde que seja em razão da função pública.

77. Assinale a alternativa correta sobre o crime de prevaricação.

(A) Consiste na prática de ato de ofício com a finalidade de satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

(B) Consiste em deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

(C) Consiste em praticar ato de ofício de maneira contrária à lei para obter vantagem indevida.

(D) Consiste em retardar ato de ofício para prejudicar a administração pública.

(E) Consiste em exigir vantagem indevida para praticar ato de ofício.

Comentário: o crime de prevaricação (Art. 319, CP) ocorre quando o funcionário público deixa de praticar ou retarda, indevidamente, ou ainda pratica contra disposição legal expressa um ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Cuidado para não se confundir com o crime de corrupção passiva privilegiada, isso porque o nexos específico, neste último caso, seria ceder a pedido ou influência de outrem.

78. No crime de fraude processual, tipificado no Art. 347 do Código Penal, é correto afirmar que:

(A) A fraude deve necessariamente ser cometida em processo civil para configurar o crime.

- (B) A fraude processual só se configura se o ato tiver sido praticado por autoridade judiciária.
- (C) O crime não se aplica a processos administrativos.
- (D) A pena é reduzida se a fraude se destina a produzir efeito em processo administrativo.
- (E) A pena é aumentada se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal.**

Comentário: o crime de fraude processual pode ser cometido em processo administrativo, civil ou processo penal. Além disso, visa alterar a verdade dos fatos para influenciar o resultado do processo, com a finalidade de induzir a erro o perito ou juiz. É fundamental destacar que não há a disposição de juízo arbitral, constante pegadinhas das bancas. A pena será duplicada quando a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado

- 79.** O crime de coação no curso do processo (art. 344 do CP) ocorre quando:
- (A) O agente suborna testemunha para que minta em juízo.
- (B) O agente destrói provas em processo judicial.
- (C) O agente coage, mediante violência ou grave ameaça, alguém para que pratique, não pratique ou tolere que se pratique ato em processo judicial, policial ou administrativo.**
- (D) O agente falsifica documento utilizado em processo judicial.
- (E) O agente impede que uma testemunha compareça em juízo.

Comentário: a coação no curso do processo envolve a coação mediante violência ou grave ameaça contra “atores” em cenários específicos: autoridade, parte, ou qualquer outra

pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral.

A finalidade da coação se traduz em favorecer interesse próprio ou alheio. Trata-se de um crime contra a Administração da Justiça, tipificado no art. 344 do Código penal.

- 80.** Marivaldo, maior de idade, com vontade livre e consciente, dá 20 mil reais ao perito Astolfo para fazer afirmação falsa em perícia com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal. Assinale a alternativa que corresponde ao crime:
- (A) Corrupção passiva majorada por parte de Marivaldo
- (B) Marivaldo não cometeu crime algum, uma vez que o crime de corrupção ativa se perfaz na modalidade oferecer ou prometer.
- (C) Marivaldo cometeu crime contra a fé pública.
- (D) Marivaldo cometeu crime de corrupção ativa de perito, tipificado no capítulo dos crimes contra a Administração da Justiça.**
- (E) Trata-se de crime de corrupção ativa, no capítulo dos crimes praticados por particular contra a administração pública.

Comentário: o crime de corrupção ativa de perito (ou contador, tradutor ou intérprete), tipificado no art. 343, CP, é conduta específica, que não se confunde com aquele tipificado no art. 333 do Código Penal.

O art. 343 fixa como crime a conduta de “*Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, cálculos, tradução ou interpretação*”.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

81. A Júlio Arruda, representada pelo escritório de advocacia XYZ, ingressou com demanda visando a condenação em obrigação de pagar em face da empresa Alfa LTDA. A ação foi distribuída por sorteio para a 15ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do estado de São Paulo, que tem como juiz Fernando dos Santos Arruda, avó do autor. O réu foi devidamente citado e tão logo tomou conhecimento dos fatos apresentou simples petição, alegando o impedimento do juiz para o processamento da causa. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que a alegação apresentada em simples petição está

(A) incorreta, uma vez que não se trata de impedimento e sim de suspeição.

(B) correta, de fato se trata de impedimento podendo ser alegada por simples petição.

(C) correta, de fato se trata de impedimento, mas a alegação deveria ocorrer na contestação.

(D) incorreta, uma vez que os motivos de impedimento e suspeição se aplicam apenas aos membros do Ministério Público e demais sujeitos imparciais do processo.

(E) incorreta, uma vez que o impedimento só pode ser alegado na petição de recurso contra a sentença do processo.

Comentário: As causas de impedimento e suspeição do juiz estão previstas na legislação como forma de evitar que o julgador seja parcial em seu julgamento, garantindo assim que haja tratamento igualitário entre os envolvidos no conflito. A questão indaga sobre o tema contido nos artigos 144, 145 e 146 do Código de Processo Civil, exigindo conhecimento sobre as hipóteses de impedimento, de suspeição e

principalmente sobre o meio de alegação no processo judicial. A alternativa correta é a letra “B”, pois de fato estamos diante de um caso de impedimento do juiz, nos termos do artigo 144, IV do CPC, uma vez que o autor possui relação de parentesco em linha reta por vínculo de sangue de 2º grau com o juiz. Nos termos do artigo 146, do mesmo código, a alegação deve ocorrer por simples petição apresentada nos autos do processo. A letra “A” está incorreta, pois se trata de impedimento e não de suspeição. A letra “C” está incorreta, já que a alegação do impedimento se faz por meio de simples petição, conforme artigo 146, CPC. A letra “D” está errada, já que as hipóteses de impedimento se aplicam sim ao juiz. A letra “E” está errada, sendo que o impedimento pode ser alegado por simples petição ou a qualquer tempo ao grau de jurisdição.

82. O réu integrante do polo passivo da demanda pode oferecer resposta ao pedido formulado pelo autor por intermédio de contestação, momento em que compete a ele expor toda a matéria de defesa, contendo argumentos de fato e de direito contrários ao pleito do autor. Neste sentido, o réu que oferecer contestação no prazo de 15 dias deve ser considerado revel, sendo, também, presumidos verdadeiros os fatos deduzidos pelo autor, nos termos do artigo 344 do CPC. Entretanto, a presunção de veracidade não ocorrerá, nos termos do artigo 345 do CPC, se

(A) se houver litisconsórcio passivo e apenas um nenhum deles contestar.

(B) o litígio versar sobre direito disponível

(C) as alegações do autor forem inverossímeis.

(D) existir, nos autos, a prova documental das alegações deduzidas pelo autor.

(E) houver litisconsórcio ativo

O réu que não apresenta contestação no prazo legal se sujeita a revelia e consequentemente aos efeitos provenientes de tal instituto processual, destacando-se principalmente a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor na petição inicial. Porém o artigo 345 do Código de Processo Civil excepciona a regra, retirando o efeito material, ou seja, a presunção de veracidade em algumas hipóteses, dentre as quais se enquadra a letra “C”, que deve ser assinalada como correta, eis que em conformidade com redação do artigo 345, IV, CPC. A letra “A” está errada, pois havendo litisconsórcio passivo e nenhum dos réus oferecer contestação o efeito da presunção de veracidade se fará presente. A letra “B” está errada, não haveria presunção de o direito fosse indisponível e não disponível como afirma a alternativa. A letra “D” está errada, pois quando houver provas documentais das alegações dos fatos, poderia se falar em presunção de veracidade, nos termos do artigo 345, II, CPC. A letra “E” está totalmente equivocada, pois o litisconsórcio ativo representa pluralidade de autores e não de réus.

83. As etapas de admissibilidade da petição inicial consistem em uma análise prévia do magistrado no sentido de verificar a viabilidade do prosseguimento do processo, seguindo o rito processual estabelecido pelo Código de Processo Civil. Sendo assim, caso a petição inicial seja considerada inepta, é o caso de:

(A) procedência liminar do pedido.

(B) indeferimento da petição inicial.

(C) julgamento antecipado parcial do mérito.

(D) extinção sumária do processo com julgamento do mérito.

(E) designação de audiência de conciliação e julgamento.

Comentário: A admissibilidade da petição inicial enfrenta três etapas distintas, a emenda, o indeferimento e a improcedência liminar do pedido. A questão exigia conhecimento das hipóteses de indeferimento da petição inicial nos termos do artigo 330 do CPC. Assim sendo, a letra “B” é a correta, eis que em conformidade com redação do artigo 330, I do CPC. A letra “A” está errada a procedência significa êxito para o autor, não sendo possível tal situação. A letra “C” está errada julgamento antecipado seria caso de o processo estar em imediata condição de julgamento e não no caso de a petição inicial ser inepta. A letra “D” está errada quando afirma se tratar de extinção com resolução do mérito, a inépcia geraria a extinção sem resolução do mérito. A letra “E” está errada, se a petição inicial é inepta não será caso de marcar audiência, mas sim de indeferir a petição inicial.

84. A contestação é a principal atitude do réu demonstrando vontade real de defesa no processo civil. Na contestação o réu pode alegar diversos pontos contrários ao pedido do autor. Assim sendo, assinale a alternativa que representa uma matéria a ser alegada pelo réu na contestação.

(A) Alegação de Suspeição do juiz.

(B) Alegação de Impedimento do juiz.

(C) Réplica

(D) Agravo de instrumento.

(E) Incorreção ao valor da causa.

Comentário: As defesas preliminares consistem em erros do processo que acarretam numa dificuldade de julgamento, estão contidas no artigo 337

do CPC. Neste sentido a letra “E” deve ser assinalada como correta, uma vez que prevista no artigo 337, III, CPC. A alegação de impedimento e suspeição do juiz são arguidas por simples petição, de forma que as letras “A” e “B” estão erradas. A letra “C” trata da réplica que consiste em petição apresentada pelo autor após o oferecimento da contestação. A letra “D” representa um recurso em face de decisões interlocutórias nos termos do artigo 1.015 do CPC, de forma que está errada.

85. O Código de Processo Civil tratou de agrupar os principais argumentos defensivos do réu em um só momento, na Contestação. Neste sentido, dizemos que o réu poderá alegar defesas preliminares, defesas de mérito e eventualmente reconvenção. Assinale a alternativa que indica assunto a ser alegado pelo réu em preliminar de contestação

(A) coisa julgada, litispendência, indevida concessão da gratuidade da justiça, prescrição e decadência.

(B) perempção, prescrição, litispendência, coisa julgada e conexão.

(C) incompetência absoluta, coisa julgada, decadência, convenção de arbitragem e ausência de interesse processual.

(D) inexistência ou nulidade de citação, ausência de legitimidade ou interesse processual, prescrição e decadência.

(E) Nulidade de citação, litispendência, incorreção do valor da causa, perempção, conexão e convenção de arbitragem.

Comentário: As defesas preliminares consistem em erros do processo que acarretam numa dificuldade de julgamento, estão contidas no artigo 337 do CPC. A letra “E” é a única que contém

matérias a serem alegadas em preliminar de contestação, nos termos do artigo 337. A prescrição e a decadência comumente identificadas como preliminares, não o são, mas sim matérias a serem alegadas no mérito. De forma que as letras “A”, “B”, “C” e “D” estão erradas por inserirem entre elas a prescrição e a decadência.

86. Se o juiz quando do julgamento da ação proferir sentença de procedência e, em seu bojo conceder a tutela antecipada pretendida pelo autor. Neste caso, assinale a alternativa correta acerca da recorribilidade do réu.

(A) cabe recurso de Agravo de Instrumento em face da decisão de tutela antecipada e Apelação, em face do restante da sentença.

(B) Agravo de Instrumento contra tudo.

(C) Apelação contra tudo que estiver na sentença.

(D) Recurso de Agravo Interno

(E) a decisão é irrecorrível.

Comentário: Antes de tudo, importante destacar que tudo, absolutamente tudo que está na sentença é sentença. O Código de Processo Civil indica que em face da sentença o recurso cabível é o recurso de Apelação nos termos do artigo 1.009 do CPC. Ainda, cumpre lembrar que mesmo que na sentença constem assuntos que poderiam ser julgados por decisão interlocutória e eventualmente seriam alvo de Agravo de Instrumento, se estiverem na sentença, sentença serão e, portanto, atacáveis por Apelação, nos termos do artigo 1.009, §3º, CPC. Desta feita alternativa correta é a letra “C”. As letras “A” e “B” falam do cabimento de Agravo de Instrumento e por isso estão descartadas. A letra “D” fala de Agravo Interno, que é recurso contra decisão monocrática, o que não é o caso. A letra

“E” está errada, a decisão é sim recorrível.

87. Havendo sucumbência recíproca na sentença proferida pelo Juízo da 10ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, o autor no prazo de 15 dias interpôs recurso de Apelação, sendo que o réu, deixou transcorrer o prazo sem apresentação de recurso. Agora intimado para apresentar contrarrazões o réu decidiu apresentar recurso de Apelação adesiva. Neste sentido, assinale a alternativa que indica apenas espécies recursais que admite a interposição pela via adesiva.

(A) Embargos de Declaração, Recurso Especial e Agravo de Instrumento

(B) Agravo de Instrumento, Apelação e Embargos de Divergência

(C) Recurso Especial, Recurso Extraordinário e Apelação

(D) Agravo Retido, Embargos de Declaração e Recurso Ordinário

(E) Reclamação, Agravo Interno e Apelação

Comentário: O recurso interposto pela via adesiva está previsto e regulamentado no artigo 997 do Código de Processo Civil, representando uma alternativa a parte que a princípio não tinha intenção em recorrer, mas que ao saber do recurso interposto pela parte contrária pretende impugnar a decisão. O artigo 997, §2º, II do CPC expõe que apenas será admissível a utilização deste expediente nos recursos de Apelação, Recurso Especial e Recurso Extraordinário. Assim sendo a letra “C” é a única que está correta e deve ser assinalada.

NORMAS DA CORREGEDORIA

88. Em 10 de novembro de 2023, Mévia assumiu o cargo de Juíza Corregedora Permanente. Conforme dispõe as Normas da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar que:

(A) Deverá fazer as visitas correccionais às unidades sob sua corregedoria em até 30 dias com o intuito de constatar regularidade dos serviços.

(B) Como uma de suas atribuições, efetuará, uma vez por ano, de preferência no mês de novembro, correição ordinária em todas as serventias, repartições e demais estabelecimentos sujeitos à sua fiscalização correccional, lavrando-se o correspondente termo no livro próprio.

(C) Deverá fazer as visitas correccionais às unidades sob sua corregedoria em até 15 dias com o intuito de constatar regularidade dos serviços.. (Art. 9º, § 2º).

(D) Caso realize a visita correccional, esta independerá de edital ou qualquer outra providência e dela se lançará sucinto termo no livro de visitas e correições, no qual também constarão as determinações que o Juiz Corregedor Permanente eventualmente fizer no momento.

(E) Deverá seguir o termo padrão de correição disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Comentário: **ITEM A** (incorreta): por ter assumido no mês de novembro, a correição geral ordinária prescindirá da visita correccional. (Art. 9º, § 2º);

ITEM B (incorreta): uma vez por ano, de preferência no mês de dezembro. (Art. 8º);

ITEM C (incorreta): por ter assumido no mês de novembro, a correição geral

ordinária prescindirá da visita

correcional. (Art. 9º, § 2º).

ITEM D (correta): Caso realize a visita correcional, esta independará de edital ou qualquer outra providência e dela se lançará sucinto termo no livro de visitas e correições, no qual também constarão as determinações que o Juiz Corregedor Permanente eventualmente fizer no momento. **Gabarito. (Art. 9º, § 1º)**

ITEM E (incorreta): **pela Corregedoria Geral da Justiça**. (Art. 8º, § 2º)
Gabarito: letra “d”.

89. Conforme dispõe as Normas da Corregedoria do TJ-SP, é correto afirmar que:

(A) A apuração preliminar será realizada quando a infração estiver suficientemente caracterizada ou definida a autoria. Ao final, poderá ser arquivada ou ensejar a instauração de Sindicância ou Processo Administrativo.

(B) A sindicância será realizada quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar as penas de demissão ou dispensa, demissão ou dispensa a bem do serviço público e cassação de aposentadoria.

(C) Processo Administrativo: quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar as penas de repreensão, suspensão ou multa.. (Art. 15, III)

(D) Os procedimentos disciplinares serão instaurados por Portaria, dispensado o registro em livro, com a descrição dos fatos e a identificação do servidor (nome completo, matrícula, cargo e posto de trabalho), inclusive nas

apurações preliminares em que não houver autoria definida.

(E) Instaurado o procedimento, o Juiz Corregedor Permanente determinará o encaminhamento do ofício de comunicação ao distribuidor, por e-mail institucional e no formato pdf, com as seguintes informações: dados de qualificação do servidor (nome completo, número de inscrição no CPF, endereço residencial ou domiciliar – inclusive CEP) e classe processual de acordo com o procedimento instaurado.

Comentário: **ITEM A** (incorreto): quando a infração **não** estiver suficientemente caracterizada. (Art. 15, I)

ITEM B (incorreto): essa é a definição de **processo administrativo**. (Art. 15, II)

ITEM C (incorreto): Essa é a definição de **Sindicância**. (Art. 15, III)

ITEM D (incorreto): **exceto** nas apurações preliminares em que não houver autoria definida. (Art. 15, § 1º)

ITEM E (correto): **redação do art. 15, § 2º.**

Gabarito: letra “e”.

90. Pedro é advogado e precisará ir ao Ofício de Justiça a fim de protocolar algumas petições. Por ter perdido sua esposa no nascimento do filho e não ter familiar próximo, precisa levar seu filho, de 2 anos, junto com ele. Nesse caso hipotético, é correto afirmar que:

(A) Terá direito a atendimento prioritário e preferência nas audiências, independente de requerimento, por estar com criança de colo.

(B) Terá preferência no atendimento, mas não nas audiências.

(C) Não goza de preferência por ser homem.

(D) Terá preferência no atendimento e, mediante requerimento, nas audiências de primeiro grau de jurisdição e nas sessões de julgamento dos Colégios Recursais.

(E) Além de ter preferência no atendimento, também terá preferência nas audiências de segundo grau de jurisdição e nas sessões de julgamento dos Colégios Recursais.

ITEM A (incorreto): se faz necessário requerimento, logo a expressão “independente” invalida a assertiva;

ITEM B (incorreto): a preferência incide às audiências;

ITEM C (incorreto): não há distinção de gênero, com base no texto legal;

ITEM D (correta): Terá preferência no atendimento e, mediante requerimento, nas audiências de primeiro grau de jurisdição e nas sessões de julgamento dos Colégios Recursais. (Art. 27-A).

ITEM E (incorreta): a preferência do art. 27-A faz alusão às audiências de primeiro grau de jurisdição. Dica: em segundo grau de jurisdição o termo adequado é: sessão de julgamento.

91. Sobre o Livros de Vistas e Correições:

I – Será formado a partir do cadastro e distribuição do expediente administrativo digital. Nele serão emitidas e registradas as atas de visitas e correições, conforme padrão estabelecido pela Corregedoria Geral da Justiça. As atas serão assinadas pelo

Juiz Corregedor Permanente, pelo Escrivão Judicial e demais servidores da Unidade.

II – Efetuado o cadastro e a distribuição do expediente administrativo digital, o Livro de Visitas e Correições físico deverá ser encerrado, mediante o lançamento de certidão pelo Escrivão Judicial e mantido na Unidade para consulta.

III – Após a digitalização e inserção do conteúdo dos livros físicos de visitas e correições no expediente administrativo digital, o suporte físico permanecerá na Unidade Judicial ou Administrativa pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser inutilizado, desde que observadas as diretrizes relacionadas ao descarte seguro dos materiais.

É correto afirmar que:

(A) Nenhum item está correto.

(B) Apenas os itens I e II estão corretos.

(C) Apenas os itens II e III estão corretos.

(D) Apenas os itens I e III estão corretos.

(E) Todos os itens estão corretos.

Comentário: **ITEM I (correto):** art. 67

ITEM II (correto): Art. 67, § 1º

ITEM III (incorreto): O correto seria o prazo de 02 (dois) anos, conforme estabelecido no art. 67, § 3º.

Gabarito: letra “b”.

92. Conforme dispõe as Normas da Corregedoria do TJ-SP, sobre os Livros, é correto afirmar que:

(A) Os livros em geral, inclusive de folhas soltas, serão abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo escrivão judicial, preferencialmente na mesma oportunidade, podendo ser utilizado, para este fim, processo

mecânico de autenticação previamente aprovado pelo Juiz Corregedor Permanente, vedada a substituição de folhas.

(B) A carga e descarga de autos entre os usuários internos do sistema informatizado oficial serão feitas eletronicamente e controladas exclusivamente por intermédio do sistema, onde serão registrados, obrigatoriamente, no campo próprio, o envio, o recebimento e a devolução, com indicação de data e de usuário responsável por cada ato.

(C) Nos ofícios de justiça integrados ao sistema informatizado oficial, os registros de remessa e recebimento de feitos e petições formalizar-se-ão preferencialmente pelas vias eletrônicas.

(D) Em caso de indisponibilidade do sistema informatizado, as cargas serão registradas posteriormente, quando o sistema voltar ao funcionamento.69, § 3º)

(E) As folhas soltas, uma vez completado o uso, serão encaminhadas para encadernação em até 24 (vinte e quatro) horas.

Comentário:

ITEM A (incorreto): sempre na mesma oportunidade. (Art. 66)

ITEM B (correto): art. 69

ITEM C (incorreto): formalizar-se-ão exclusivamente pelas vias eletrônicas. (Art. 65)

ITEM D (incorreto): : as cargas serão registradas no Livro Protocolo de Autos e Papéis em Geral. (Art. 69, § 3º)

ITEM E (incorreto): serão imediatamente encaminhadas para encadernação. (Art. 66, § único)

93. Tícia, servidora do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, foi incumbida de organizar os classificadores existentes na vara em que trabalha. Porém, não lembrava mais de quais classificadores eram obrigatórios. Seu amigo, Xisto, disse que eram obrigatórios os classificadores de cópias de ofícios expedidos e os para relatórios de cargas eletrônicas. Já Caio disse que eram obrigatórios os de registro geral de feitos e os de sentença. É correto afirmar que Xisto e Caio estão:

(A) Ambos corretos.

(B) Xisto está correto, ambos são classificadores obrigatórios. Já Caio está correto somente ao afirmar que o de Registro Geral de Feitos é obrigatório.

(C) Ambos estão errados.

(D) Xisto está correto, ambos são classificadores obrigatórios. Já Caio está completamente equivocado vez que ambos os que mencionou são livros obrigatórios, não classificadores.

(E) Xisto está equivocado, ambos os mencionados por ele não são classificadores.

ITEM A (incorreto): Ambos corretos.

ITEM B (incorreto): Xisto está correto, ambos são classificadores obrigatórios. Já Caio está ~~correto~~ somente ao afirmar que o de Registro Geral de Feitos é obrigatório.

ITEM C (incorreto): Ambos estão errados.

ITEM D (correto): Xisto está correto, ambos são classificadores obrigatórios.

Já Caio está completamente equivocado vez que ambos os que mencionou são livros obrigatórios, não classificadores. **Gabarito (Art. 75, II e VII)**

ITEM E (incorreto): Xisto está equivocado, ambos os mencionados por ele não são classificadores.

94. Tício, escrevente do TJSP, precisava fazer uma certidão. Por não ter mais folha sulfite branca na repartição, decidiu usar uma folha que já estava na repartição com diversas logos do TJSP impressas na folha. As logos estavam com alta transparência, então, pensou não ter problema. Redigiu a certidão e a imprimiu para entregá-la ao juiz para lavratura. No caso, é correto afirmar que a atitude de Tício está:

(A) Correta, vez que, mesmo que o papel não estivera inteiramente branco, o que estava impresso eram logos do próprio Tribunal e não atrapalhavam na leitura.

(B) Correta, pois não há qualquer vedação nesse sentido.

(C) Errada, vez que só poderia utilizar essa folha com a autorização do Juiz.

(D) Errada, vez que só pode utilizar papéis brancos, sendo vedada a utilização de papeis reciclados.

(E) Errada, pois só poderia utilizar papeis inteiramente brancos ou reciclados.

Comentário: **ITEM A (incorreta):**

Correta, vez que, mesmo que o papel não estivera inteiramente branco, o que estava impresso eram logos do próprio Tribunal e não atrapalhavam na leitura.

ITEM B (incorreta): Correta, pois não há qualquer vedação nesse sentido.

ITEM C (incorreta): Errada, vez que só poderia utilizar essa folha com a autorização do Juiz.

ITEM D (incorreta): Errada, vez que só pode utilizar papéis brancos, sendo vedada a utilização de papeis reciclados.

ITEM E (incorreta): Errada, pois só poderia utilizar papeis inteiramente brancos ou reciclados **(Art. 80, I)**.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

95. A respeito das regras de impedimento e suspeição, previstas nos artigos 252 a 258, do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

(A) Um juiz é considerado impedido quando for amigo íntimo de qualquer das partes ou de seus advogados.

(B) A suspeição e o impedimento possuem os mesmos efeitos, não havendo distinção prática entre os dois institutos.

(C) Os impedimentos relativos ao juiz não são igualmente aplicados ao Ministério Público. Dessa forma, poderá atuar em processos em que tenha figurado como advogado de qualquer das partes.

(D) O juiz restará impedido para atuar em processo em que já tenha atuado como autoridade policial ou mesmo órgão do Ministério Público.

(E) Se dissolvido o casamento e sem filhos em comum, o juiz poderá

atuar em processos em que são partes os pais e irmãos do ex-cônjuge.

Comentário: ITEM A – errada. A situação descrita caracteriza suspeição, não impedimento. Conforme artigo 254 do CPP, o juiz dar-se-á por suspeito e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes: *i)* se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles; *ii)* se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia; *iii)* se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes; *iv)* se tiver aconselhado qualquer das partes; *v)* se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes; e *vi)* se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

ITEM B – errada. A suspeição e o impedimento possuem efeitos distintos. O impedimento é mais grave, impedindo o juiz de atuar no processo, ao passo que a suspeição permite que a análise de sua imparcialidade seja arguida pelas partes. Ademais, no impedimento há presunção absoluta de parcialidade do juiz, ao passo que, na suspeição, há presunção relativa. As causas de suspeição estão relacionadas ao *animus* subjetivo do juiz

quanto às partes, enquanto as de impedimento se referem a vínculos objetivos do juiz com o processo.

ITEM C – errada. Os impedimentos relativos ao juiz são igualmente aplicados ao Ministério Público. Conforme artigo 258 do CPP “*Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e a eles se estendem, no que lhes for aplicável, as prescrições relativas à suspeição e aos impedimentos dos juízes*”.

ITEM D – correto. De fato, é hipótese de impedimento, prevista nos incisos I e II do art. 252 do CPP, que estabelece que “*O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que: I – tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito; II – ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha*”.

ITEM E – errado, pois está em dissonância com o previsto no artigo 255 do CPP que estabelece que “*O impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, salvo sobrevivendo*

descendentes; mas, ainda que dissolvido o casamento sem descendentes, não funcionará como juiz o sogro, o padraсто, o cunhado, o genro ou enteado de quem for parte no processo”.

96. No processo penal, a citação e a intimação são atos processuais essenciais para garantir os direitos das partes e a adequada condução do processo. A respeito do tema, assinale a alternativa correta:

(A) O processo não seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.

(B) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta precatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

(C) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida nos arts. 227 a 229 do Código de Processo Civil.

(D) O processo terá completada a sua formação com o recebimento da denúncia.

(E) Se o réu estiver preso, será citado por hora certa.

Comentário: ITEM A – incorreta. O não comparecimento do réu, devidamente intimado, implica na continuação da tramitação do processo sem sua presença, nos termos do artigo 367 do CPP que assim estabelece: “O

processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo”.

ITEM B – incorreta. Será realizado por carta rogatória, conforme art. 368 do CPP: “*Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento”.*

ITEM C – correta, pois é o que estabelece o art. 362 do CPP: “*Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida nos arts. 227 a 229 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. Parágrafo único. Completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer, ser-lhe-á nomeado defensor dativo”.*

ITEM D – errada. O processo terá completada a sua formação quando realizada a citação do acusado, conforme art. 363 do CPP.

ITEM E – errada. Conforme art. 360 do CPP “*Se o réu estiver preso, será pessoalmente citado”.*

Gabarito: letra “c”

97. No âmbito do processo penal, a suspeição e o impedimento são institutos que visam garantir a imparcialidade. Nesse sentido, assinale a alternativa correta:

(A) as causas de suspeição do juiz se aplicam aos serventuários e servidores da justiça.

(B) O impedimento do juiz ocorre em situações subjetivas, enquanto a suspeição decorre de situações objetivas previstas em lei.

(C) O juiz restará impedido de atuar no processo se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.

(D) O impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, salvo sobrevivendo descendentes que não tiverem atingido a maioridade.

(E) O juiz dar-se-á por impedido se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

Comentário: ITEM A – correta. As causas de suspeição do juiz se aplicam aos serventuários e servidores da justiça, conforme art. 274 do CPP que estabelece que *“As prescrições sobre suspeição dos juízes estendem-se aos serventuários e funcionários da justiça, no que lhes for aplicável”*.

ITEM B – errada. É justamente o contrário: o impedimento decorre de situações objetivas, ao passo que a suspeição está relacionada a situações subjetivas.

Item C – errada. Trata-se de hipótese de suspeição, prevista no inciso I do art. 254 do CPP.

ITEM D – errada. O artigo 255 do CPP estabelece que *“O impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, salvo sobrevivendo descendentes (...)”*, não estabelecendo nada sobre filhos que não tiverem atingido a maioridade.

Item E – errada. Trata-se de hipótese de suspeição, prevista no art. 254, inc. II do CPP.

Gabarito: letra “a”

98. A respeito dos procedimentos ordinário e sumário, é correto afirmar que:

(A) No procedimento ordinário, mesmo que haja elevado número de acusados, não são admitidas alegações finais por escrito.

(B) No procedimento ordinário, admitem-se alegações finais por escrito, no prazo de 03 dias.

(C) Conforme artigo 400 do CPP, na audiência de instrução e julgamento, a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, à inquirição das testemunhas arroladas pelo acusado e pela defesa, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado.

(D) Após a Resposta à Acusação, o juiz pode absolver sumariamente o réu caso reconheça a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato.

(E) Como regra, no procedimento ordinário, as alegações finais serão por escrito.

Comentário: ITEM A – errada. Conforme art. 403, § 3º do CPP, “O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de 5 (cinco) dias sucessivamente para a apresentação de memoriais. Nesse caso, terá o prazo de 10 (dez) dias para proferir a sentença”.

ITEM B – errada. Conforme art. 403, § 3º do CPP, o prazo é de 05 dias.

ITEM C – errada. A audiência de instrução e julgamento deve ocorrer no prazo máximo de 60 dias, conforme o artigo 400 do CPP.

ITEM D – correta, conforme art. 397, inc. I, do CPP.

ITEM E – errada. Tanto no procedimento ordinário, como no sumário, as alegações finais serão orais, conforme artigo 403 do CPP, que determina que “Não havendo requerimento de diligências, ou sendo indeferido, serão oferecidas alegações finais orais por 20 (vinte) minutos, respectivamente, pela acusação e pela defesa, prorrogáveis por mais 10 (dez), proferindo o juiz, a seguir, sentença”. E, conforme § 3º do mesmo dispositivo, “O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de 5 (cinco) dias sucessivamente para a apresentação de memoriais”.

99. O Tribunal do Júri é responsável pelo julgamento dos crimes dolosos contra a vida. A respeito do procedimento relativo ao Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:

(A) Não apresentada a resposta no prazo legal, o juiz nomeará defensor para oferecê-la em até 10 (dez) dias, concedendo-lhe vista dos autos.

(B) O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato, não sendo necessários indícios suficientes de autoria ou de participação nesta etapa.

(C) O pedido de desaforamento somente poderá ser feito a requerimento do Ministério Público.

(D) Durante o julgamento, não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, dando-se ciência à outra parte.

(E) Durante os debates, as partes podem fazer referência à decisão de pronúncia, conforme expressamente previsto no art. 478 do CPP.

Comentário: ITEM A – Correta, pois em consonância com o artigo 408 do CPP.

ITEM B – Errada. Conforme art. 413 do CPP, “O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação”.

ITEM C – errada. Conforme art. 427 do CPP, “Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o

Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas”.

ITEM D – errada. Conforme art. 479 do CPP, não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 dias úteis.

ITEM E – errada. Conforme o art. 478, as partes não poderão fazer referências à decisão de pronúncia, sob pena de nulidade.

100. A respeito da Lei nº 9.099/95, é correto afirmar que:

(A) Acerca da transação penal, acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que importa em reincidência, sendo inclusive registrada para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

(B) A suspensão condicional do processo, prevista na Lei nº 9.099/95, pode ser aplicada a qualquer crime cuja pena mínima cominada não seja superior a dois anos.

(C) Nos Juizados Especiais Criminais, a presença de advogado é facultativa.

(D) A citação, no rito sumaríssimo, será necessariamente por edital, pois o processo perante o

Juizado Especial orientar-se-á pelo critério da formalidade.

(E) Os Juizados Especiais Criminais são competentes para julgar infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes a que a lei comina pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

Comentário: ITEM A – incorreta. Conforme art. 76, § 4º da Lei nº 9.099/95, não importará em reincidência.

ITEM B – incorreta. A suspensão condicional do processo pode ser aplicada a crimes cuja pena mínima cominada seja igual ou inferior a um ano, conforme art. 89 da Lei nº 9.099/95.

ITEM C- incorreta. O artigo 68 da Lei nº 9.099/95 estabelece que *“Do ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, constará a necessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na sua falta, ser-lhe-á designado defensor público”.*

ITEM D – incorreta. Conforme art. 62 da Lei nº 9.099/95, o processo perante o Juizado Especial orientar-se-á por diversos critérios, sendo um deles o da informalidade. Ademais, o artigo 66 estabelece que *“A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado”.* No rito sumaríssimo, a citação será necessariamente pessoal, pois inexistente



a citação por edital. Acaso o acusado esteja em local desconhecido, as peças do processo serão remetidas ao Juízo comum, seguindo-se o processo, no Juízo comum, pelo rito sumário,

ITEM E – correta. É o que estabelece o art. 61 da Lei nº 9.099/95.